

GEOGRAFIA, CRISE E CRÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Anselmo Alfredo (Org.)

Fábio Pitta, Allan Silva, Ana Ribeiro, Wesley Valentim,
Walid El Khatib, Rinaldo Pinho, Arthur Bassani, Fábio Amaral, Talita
Ferreira, Guilherme Santos, Leonardo Lacerda, Anderson Santos,
Renato Fujicava, Silvio Lima



Igrá Kniga
São Paulo, 2023

Editorial Igrá Kniga

Allan de Campos Silva

Bruno Xavier Martins

Capa

Marília Furman

Revisão

Renata Santos Rente

Diagramação

Allan de Campos Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico / organização Anselmo Alfredo. -- São Paulo : Ed. dos Autores, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991950-1-3

1. Brasil - Política e governo 2. Capitalismo
3. Crítica social 4. Economia mundial 5. Sociedade
I. Alfredo, Anselmo.

23-161896

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Crítica social : Sociologia 301

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Da crítica da economia política à crítica da contradição campo-cidade: geografia, metafísica e relação agrário-urbano no Brasil

Anderson Pereira dos Santos¹

No mundo dos objetos e superobjetos, tornados mercadorias, a subjetividade humana se realiza envolta em dilaceramentos, como redução do vivido, sob o império dessas abstrações concretas (Amélia Damiani, 2009)

Na geografia, as relações entre campo e cidade foram compreendidas a partir de diferentes perspectivas teóricas. Num movimento regressivo-progressivo, teórico-crítico, buscamos, no primeiro momento de nosso texto, delimitar recortes de análise, sem propor, contudo, qualquer forma de periodização. Em seguida, procuramos analisar a contradição campo-cidade como cisão historicamente determinada, interna ao modo capitalista de produção, produto da gênese e da universalização da forma valor. Ao considerarmos campo e cidade como formas sociais do capital, buscamos compreender o sentido negativo de sua relação, ressaltando, para tanto, os principais aspectos que definem a sociabilidade capitalista. Isso posto, cabe-nos, como questão de método,

[...] a análise de fenômenos próprios da forma valor como que sempre resultantes de uma realidade posta na e pela modernização. Do que deriva, segundo a perspectiva aqui proposta, a necessidade de se compreender sob as determinações da forma valor os fenômenos então postos (Alfredo, 2008, p. 64).

Por fim, na terceira parte deste texto, através de um exercício crítico, buscamos contribuir para aprofundar o debate sobre o conteúdo atual da contradição campo-cidade, apontando na direção de outra perspectiva de entendimento das contradições do espaço, crítica, dialética, negativa. Nosso texto caracteriza-se como um estudo teórico e

exploratório, baseado na revisão da literatura sobre as relações entre campo e cidade.

1. Campo e cidade, relação campo-cidade e geografia

Na geografia tradicional, da primeira metade do século XX, atrelada ao possibilismo lablacheano, os estudos sobre o campo e a cidade apareciam no interior das monografias regionais, dedicadas à descrição aprofundada das paisagens para constituir o quadro regional dos *gêneros de vida*. Campo e cidade se delimitavam e se definiam por suas características intrínsecas. Climas, solos, usos da terra, produtos, modos de vida, paisagens etc., seriam elementos necessários para a caracterização e diferenciação desses espaços. A esse respeito, Pierre Deffontaines (1943) acreditava ser possível distinguir campo e cidade a partir de suas atividades produtivas e de suas formas de povoamento, sendo o povoamento rural disperso e, o urbano, concentrado:

O tipo de povoamento mais agrupado é o das cidades, em que a densidade dos habitantes atinge, às vezes, números espantosos e inquietantes. [...] Mas, preliminarmente, que é uma cidade? É bem difícil dar-lhe uma definição, pois não pode ser uma simples questão de número, por demais arbitrária. Ao nosso ver, há uma cidade sempre que a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no interior da aglomeração; daí, a intensidade da circulação, a organização da rua, com o passeio, a iluminação noturna, os bondes ou o metrô; daí, também, a multiplicação das construções; porque não há somente casas de habitação, mas, também, casas de trabalho (Deffontaines, 1943, p. 15).

A visão não crítica da realidade então predominante, baseada metodologicamente em procedimentos empiristas, descritivos, comparativos e classificatórios, forjou diferentes formas de interpretação do real livres de contradições, fazendo as regiões, e, no interior delas, as realidades rurais e urbanas, emergirem do processo histórico como dados naturais, produtos da síntese harmoniosa entre homem e meio que se

manifestava em *paisagens*. Ainda que a temática da relação campo-cidade não estivesse autonomizada enquanto campo de pesquisa nesta geografia, paulatinamente, ela passaria a aparecer em diversos estudos, na medida em que os geógrafos, tomando consciência das fragilidades do método descritivo/indutivo lablacheano, passaram a abordar em seus trabalhos as temáticas das indústrias, dos investimentos de capitais, das funções urbanas, dos fluxos materiais no espaço regional, entre outras. De fato, a própria realidade mundial em transformação, com a industrialização nos países centrais, com a modernização de suas agriculturas e com o intenso fluxo migratório de pessoas do campo para as cidades, constituindo a *urbanização da sociedade mundial* (Lefebvre, 1999), punha a crítica à geografia empirista e romântica lablacheana, a qual, conforme Lacoste (1988), enxergava apenas o homem vivendo no campo, habitando as paisagens criadas e modeladas por seus ancestrais.

Pierre Monbeig, ainda que vinculado à geografia vidalina, se distanciou de seus pressupostos teóricos particularmente em função de sua ênfase nos fatores econômicos quando da análise dos fenômenos regionais. As dificuldades encontradas pelo autor para aplicar a metodologia da geografia lablacheana no estudo da realidade instável da franja pioneira, o levaram à revisão de seus princípios e fundamentos. Em *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* (1998), buscou abandonar o postulado que localizava os processos formativos de uma região no interior da própria formação geográfica, para remetê-los, também, a realidades distantes, pondo acento nas relações estabelecidas entre as cidades, suas hinterlândias e as regiões afastadas, salientando a importância das articulações escalares nos estudos regionais, o que pode ser considerado como uma contribuição teórica pioneira para o estudo das relações campo-cidade. Já no artigo clássico *Estudo geográfico das cidades*, de 1941, ao discutir o raio de ação de uma cidade, Monbeig evidenciou a importância de compreender as relações estabelecidas entre os núcleos urbanos e suas regiões. Quando da republicação do artigo na coletânea

Novos estudos de geografia humana brasileira, de 1957, o autor complementaria sua análise, reclamando por estudos mais profundos sobre essas relações:

O estudo geográfico de uma cidade coloca o problema das relações entre o campo e a aglomeração urbana. Essas relações são múltiplas e diversas; dependem da importância da cidade, da variedade de suas funções e dos tipos de organização econômica. Se se considera o caso brasileiro, é-se levado a desejar estudos mais precisos que permitam distinguir os tipos das relações cidade-campo, muito diferentes segundo as regiões, e determinar como e com que velocidade evoluíram estas relações. [...] É relativamente fácil descrever o que a cidade extrai do campo; um assunto clássico das lamentações acadêmicas são o êxodo rural e suas consequências. Mais difícil, mas também útil, seria conhecer tudo o que a cidade dá ao campo, sem esquecer o que deveria dar-lhe [...]. Em troca, esquecemos muitas vezes de pesquisar a evolução dos campos sob a influência das cidades: transformação não só das culturas, como dos métodos de cultura, valorização das terras e dos imóveis, evolução dos tipos de propriedade, contribuição intelectual, elevação do nível de vida e melhoria da saúde; outros tantos proveitos devidos à influência urbana. Haveria estudos a fazer sobre a evolução dos ordenados, dos níveis de vida, das situações demográficas nos campos diretamente atingidos pelas cidades; e estes estudos seriam complementares do inquérito de geografia urbana, que não pode ser estreitamente limitado às fronteiras municipais de uma cidade. A aglomeração urbana não vive apartada de toda raiz rural (Monbeig, 1957, p. 75, 76).

Ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, a geografia foi, lentamente, identificando certas diferenças e relações materiais entre campo e cidade, mas não se aproximou de e não buscou por uma análise explicativa para a relação interna das formas sociais autonomizadas. Predominava a ideia tradicional de que tais formas constituíam fenômenos distintos, com características opostas, produtos do metabolismo homem/meio. Todavia, o campo e a cidade, observados nessas monografias, tanto nos países centrais, quanto nos periféricos, conformavam espaços modernos, *abstractos*, portanto, perpassados pela (i)racionalidade do valor, fundada na contradição capital/trabalho. Logo, o

aparente equilíbrio dos gêneros de vida regionais, rurais ou urbanos, conformava momento do desenvolvimento crítico do capital, que apenas seria racional e inteligível para essa geografia de cunho positivista que, como pontuou Lacoste (1988), se constituiu a serviço da força civilizatória do Estado³.

Neste mesmo período, os trabalhos produzidos no Brasil⁴, feitos com preocupação localista, mediante o exame de pequenas áreas e descrições de suas paisagens, buscaram caracterizar os espaços rurais e urbanos e suas relações materiais sem, contudo, situá-los frente a totalidade social capitalista⁵. Todavia, considerando as transformações radicais postas pela reprodução do capital na periferia - levando à urbanização crítica do espaço, desenhando metrópoles e megalópoles, “[...] detentoras da universalidade dos processos sociais” (Damiani, 2005, p. 31), à modernização e industrialização do campo, à extensão do *tecido urbano* (Lefebvre, 1999) e, ainda, à crise das comunidades locais, articulando-as em complexas redes de relações com a universalidade do capital (Santos, 2019) -, visto, ainda, que se impactavam as relações agrário-urbanas, o entendimento dessas formas sociais já não podia se restringir à análise fechada desses espaços.

A partir do final dos anos de 1950, a cidade passou a ser vista, pela geografia, como centro da organização espacial, isto é, elemento modificador e organizador de sua hinterlândia (sua área de influência), incluindo centros de menor porte, o sistema urbano e o campo (Corrêa, 1989). Os estudos sobre a ligação entre o local e o regional com uma totalidade maior, a dinâmica da grande cidade, impulsionaram debates sobre redes urbanas, relações cidade-região, região de influência das cidades, funções e centralidades urbanas, polos de crescimento etc. (Corrêa, 1989). Desenvolveram-se pesquisas sobre fluxos materiais no interior do quadro regional, em diálogo com as teorias da localização, da distribuição e da hierarquia, de Von Thünen, Christaller, Perroux, entre outros. Segundo Anselmo Alfredo, nesse momento, a geografia passou a

ver o urbano como “[...] expressão de uma realidade mais adequada aos desígnios do desenvolvimento econômico” (Alfredo, 2013, p. 149), identificando-o com a modernidade e a civilidade, e, aquilo que não se formava nesses termos, o agrário, conformaria um elemento oposto, atrelado ao atraso e ao tradicional, passível, portanto, de ser organizado segundo uma realidade moderna, reprodutora da lógica capitalista. A noção de *organização espacial* passou a se colocar na geografia a partir da perspectiva de desenvolvimento econômico, no interior da qual a cidade e o campo apareciam não como expressões da irracionalidade do mundo da mercadoria, ao contrário, suas características se determinariam do ponto de vista de um maior ou menor dinamismo econômico. Nesse contexto, passaram a ser entendidos como *espacialidades produtivas*, manifestações materiais do fenômeno econômico-social, realidades passíveis de tratamento a partir do planejamento com vistas ao desenvolvimento econômico capitalista.

Produzido neste período, o trabalho *Geografia Urbana* (1983) (no original, *Précis de Géographie Urbaine*, de 1961), de Pierre George, é considerado, ainda hoje, como paradigma para a compressão das relações campo-cidade. Em fins dos anos de 1950, no interior de seus estudos sobre o urbano e redes urbanas, George afirmou a importância de serem analisadas as relações econômicas e sociais estabelecidas entre as cidades e suas regiões, compreendendo as relações campo-cidade e cidade-cidade. Em relação aos laços postos entre a cidade e o campo, indicou: migrações e deslocamentos populacionais cotidianos; drenagem da renda fundiária; comercialização da produção do campo; distribuição dos produtos manufaturados; oferta de bens e serviços; circulação e inversões de capitais; redes de transporte (George, 1983). Com efeito, as relações campo-cidade se definiriam como relações de trocas materiais e se projetariam, preferencialmente, a partir da cidade, entendida como espaço moderno e modernizador:

As relações entre cidades e zonas rurais procedem inicialmente de diversas formas de retiradas de substância do campo em benefício da cidade ou de entidades econômicas junto às quais a cidade desempenha um papel de intermediária. Mas, em contraposição, a cidade está à frente dos múltiplos sistemas de serviços de interesse regional. Ela propaga ao seu redor capitais, produtos industrializados, organiza a vida coletiva rural em seus quadros administrativos, difunde as técnicas e os serviços de nível elevado. Os quadros administrativos imbricados ou superpostos traçam certos limites de influência, mas o instrumento real da expansão de diversas formas de influência urbana continua sendo o meio material de relação: a via da circulação e os organismos de transporte que a exploram (George, 1983, p. 206).

Predomina em George a leitura sobre as coisas no espaço ou do movimento das coisas fundada numa perspectiva positiva do real, como pura materialidade física. Ao mesmo tempo, sua interpretação da relação campo-cidade se baseia numa concepção de movimento – dos fluxos de objetos, pessoas, renda, capitais etc. –, que muito se aproxima da física newtoniana, i.e., simples variação da posição espacial de um objeto em relação a um referencial no decorrer do tempo, na qual o espaço aparece como recipiente de tal movimento. Produz, ainda, uma análise que busca localizar e sintetizar todas as potencialidades materiais de tal relação. As divisões social e territorial do trabalho aparecem naturalizadas e funcionais à acumulação capitalista, permitindo a difusão espacial do desenvolvimento.

Ainda no século XIX, Marx (2013) já havia apontado que, no nível das formas e objetos, ocorrem a fetichização e a coisificação das relações sociais. Nesse contexto, para desvendar o enigma do mundo das mercadorias, partiu do entendimento das contradições postas entre a *física* (aparência, forma material) e a *metafísica* social (essência, tempo social de trabalho). A geografia de George, de forma distinta, substituía o estudo da qualidade social das relações humanas pelo entendimento do aparente, do fenomênico e das relações coisificadas entre objetos (Alfredo, 2013). Considera, ainda, o espaço como objeto de intervenção e planificação, constituindo uma possibilidade de *aménagement du territoire* através do

Estado com o fito de, ilusoriamente, dirimir as contradições e desigualdades postas pela reprodução capitalista e permitir melhor equalização para a contradição capital/trabalho (Alfredo, 2013). Desse modo, George não chegou desvendar o espaço enquanto mercadoria (Lefebvre, 2006), i.e., elemento sintético da sociabilidade capitalista. Com efeito, seria possível, a partir de sua perspectiva afirmativa da materialidade do real, derivar os conteúdos sociais da relação campo-cidade?

A partir do final dos anos de 1960, o positivismo-lógico se dissemina no Brasil como um paradigma da análise comprometido com o planejamento e com a organização espacial, em consonância com a forma desenvolvimentista adotada pelo Estado na periferia do sistema capitalista. O espaço (relativo), entendido como suporte homogêneo e neutro, passou a ser definido a partir das relações entre objetos e coisas, passível, portanto, de ser organizado e planejado (Carlos; Lencioni, 1984). A partir da concepção de espaço recipiente de formas, objetos, fluxos e relações, estabeleceu-se a ideia de que os problemas sociais, postos pelo modo capitalista de produção, derivariam da ausência de racionalidade no real, ao invés de se entender o real como forma social irracional.

Deste ponto de vista, campo e cidade constituiriam formas espaciais, ou melhor, espacialidades produtivas sujeitas a um tratamento neutro e objetivo a partir do planejamento; espaços geométricos vazios, instrumentais, destituídos de história, de conflitos e contradições, de classes sociais, das categorias e abstrações próprias à sociabilidade capitalista. Na geografia urbana, os estudos tradicionais sobre as características das cidades (suas paisagens, habitats, modos de vida etc.) foram substituídos por aqueles preocupados com os padrões de localização, distribuição e classificação dos fenômenos no espaço urbano (Corrêa, 1989). De maneira semelhante, a geografia agrária procurou mensurar, quantificar, classificar, tipificar e regionalizar o campo; buscou-se por tipologias agrícolas, pela diferenciação de áreas e pela identificação

de regiões (Ceron; Diniz, 1970). Deste modo, campo e cidade conformariam formas ou espacialidades opostas, em uma realidade produtiva desigual.

O engajamento com a planificação espacial e com o desenvolvimento econômico fez-se a partir das discussões sobre redes urbanas, funções urbanas, polos de desenvolvimento, relações cidade-região. Os fluxos materiais (de pessoas, mercadorias, serviços etc.) definiriam as relações campo-cidade, cabendo aos geógrafos a função de identificá-los, caracterizá-los, modelá-los e, através do planejamento, redirecioná-los, objetivando melhor organização e distribuição dos fatores produtivos entre as formas espaciais, reduzindo suas diferenças, equilibrando suas relações, subsidiando, assim, o desenvolvimento econômico regional. No interior da empreitada modernizadora buscada pela Ditadura Militar, na qual a geografia se incluía como conhecimento técnico-operacional e, as cidades, como polos de desenvolvimento, caberia ao campo, em processo de modernização, a função de produzir alimentos e matérias-primas para o abastecimento das realidades urbano-industriais (Faissol, 1972).

O trabalho de Judith de La Corte (1971), sobre o abastecimento da metrópole de São Paulo por produtos hortifrutícolas, é paradigmático das relações agrário-urbanas do ponto de vista do positivismo-lógico. Nessa pesquisa, ancorada na linguagem estatística e nas técnicas cartográficas, a autora buscou mapear o campo paulista buscando pela classificação de zonas e setores hortifrutícolas. Para La Corte, a atuação da geografia no planejamento agrícola seria necessária uma vez que a ampliação das demandas urbanas impactasse as regiões rurais periféricas, cabendo aos geógrafos planejar e organizar as zonas de produção, fazendo o campo cumprir seu papel no abastecimento dos núcleos urbanos, de onde provinha o desenvolvimento capitalista:

[...] Foram as populações urbanas das grandes cidades que multiplicaram e estimularam as indústrias de alimentos, que modificaram correntes comerciais, trocas e modos de distribuição. Em virtude desta demanda deve-se prever, planejando, organizando, as zonas de produção, os meios de comunicação e de comercialização dos gêneros alimentícios (La Corte, 1971, p. 11).

Já foi sobejamente apontado o caráter ideológico das perspectivas amparadas nos modelos econômicos e matemáticos abstratos. Gomes (2002) destaca que as análises teóricas, muito focadas nos estudos sobre sistemas urbanos e polos de desenvolvimento, não apenas assumiram a dinâmica do mercado como pressuposto da organização espacial, naturalizando, assim, o modo capitalista de produção e suas contradições, mas, também, colaboraram para o aprofundamento das desigualdades sociais, particularmente ao amparar o desenvolvimento desigual.

O positivismo-lógico buscou dar coerência às contradições sociais capitalistas a partir da planificação do espaço. Prevalencia nele a ideia de que, tanto no agrário, quanto no urbano, existiriam condições produtivas e sociais carentes de racionalidade e organização, devendo a geografia engajar-se na empreitada modernizadora capitaneada pelo Estado e pelo capital financeiro. Através do positivismo-lógico, a essência da forma social capitalista foi obscurecida pela geografia: confundia-se o aparente e a representação com o próprio real; a fotografia, o modelo, o mapeamento, a descrição matemática objetiva, com os conteúdos essenciais (Carlos; Lencioni, 1984). Ao não se fazer como crítica, mas sim como representação e afirmação do real, a geografia se furtava de compreender a irracionalidade da forma social capitalista, substituindo a potência da crítica social pelo fetiche da planificação, da organização e da produção do espaço, contribuindo para administração da crise imanente do valor. O positivismo-lógico não apreendia o movimento das contradições capitalistas e a história negativa do espaço.

A partir do final dos anos de 1970, a geografia passou a buscar não apenas entender o reflexo das sociedades na organização das formas

espaciais, mas, também, compreender a “dialética do espaço”, a partir do estudo dos processos sociais e suas contradições e das relações Sociedade/Natureza. Influenciados por diferentes perspectivas, os geógrafos denunciaram a objetividade historicamente buscada pela geografia, e se propuseram a repensar os fenômenos do real para além de seu aspecto visível. Procurou-se ir além da mera descrição da organização do real para encontrar nos processos sociais a chave explicativa para as contradições do espaço. Para tanto, a geografia incorporou o temário marxista e da teoria social crítica na discussão sobre a *produção do espaço*, a partir de conceitos como classes sociais, divisão social e territorial do trabalho, valorização do capital etc. Isso se deu a partir de diferentes abordagens teóricas, que buscaram pensar o espaço não como palco ou recipiente de objetos, formas e ações, e, sim, como produto de processos sociais. Alfredo (2005) aponta que a incorporação do “marxismo operário” permitiu à geografia nova capacidade crítica, na qual a modernidade urbano-industrial já não seria mais vista como o sentido civilizatório unívoco do mundo. Segundo o autor, a geografia buscou se desvencilhar da lógica capitalista, do Estado e do planejamento para se constituir como ciência das contradições da sociedade, onde o espaço passou a ter suma importância categorial (Alfredo, 2005).

A categoria de *espaço social* e o conceito de *produção do espaço* foram contrapostos e reafirmados frente às categorias e conceitos advindos do percurso epistemológico da geografia, tais como os de espaço terrestre, meio geográfico, espaço absoluto, organização do espaço, entre outros, os quais foram criticados por seu conteúdo ideológico e por seu caráter empírico. Passou-se a se entender o espaço social como totalidade concreta, produzida por relações sociais, e internamente fragmentada por força da divisão social do trabalho advinda da forma social capitalista. A produção do espaço resultaria da realização da sociedade, do seu trabalho historicamente determinado pelo modo capitalista de produção, cujos

produtos materiais, por conta das relações de dominação e de classe, seriam apropriados de forma desigual pelas parcelas da sociedade.

Todavia, como pontua Alfredo (2009), se a virada materialista dos anos de 1980 permitiu à Geografia pensar a sociedade moderna não mais exclusivamente sob a perspectiva temporal, avançando na teorização sobre a *apropriação, produção e valorização do espaço*, por outro, nas perspectivas hegemônicas, o espaço continuaria sendo concebido sob o ponto de vista de sua concretude e materialidade. Milton Santos, por exemplo, em seu trabalho *Por uma geografia nova* (2012b), propôs constituir uma ciência do espaço que pudesse compreender não apenas o espaço em si, estático, mas a produção do espaço enquanto processo. Para Santos (2012b), o espaço social deveria ser entendido como resultado de processos postos pelo mundo moderno, num enfoque que buscaria a dialética espaço-temporal não pela simultaneidade enquanto contradição, mas pela sucessão, i.e., pela análise das transformações espaciais históricas, donde se deriva a tese sobre o espaço como acumulação desigual de tempos que se manifestam como rugosidades.

Alfredo (2009) salienta que, em Santos (2012b), o espaço parece ser identidade presentificadora [*sic*] do tempo, ou seja, se o espaço aparece como acúmulo de tempos desiguais, a abstração parece estar referida à dimensão temporal, e não ao espaço, posto este como concreto, o que, segundo o autor, prejudicaria uma aproximação dialética e abstrata para a compreensão do real. Do ponto de vista da geografia miltoniana, seria “[...] necessário esperar o tempo para falar do espaço” (Alfredo, 2009, p. 06)? Isto posto, a noção de processo não deveria implicar numa identidade com a linearidade temporal, mas numa forma específica de relação, lógica, interna e contraditória, entre as categorias capitalistas. Não obstante, no âmbito da geografia miltoniana, a noção de simultaneidade parece alijada de seu arcabouço teórico, de modo que a produção do espaço é entendida apenas como processo histórico, sucessão. Para Alfredo (2005), o movimento da crítica dialética não deveria buscar no percurso temporal a

concretização ou materialização do abstrato, mas, através do abstrato, se abstrair o concreto, ascender às *abstrações reais*, abstrações sociais que se objetivam e que têm a potência de pôr a forma social na direção de realizá-las.

De outro lado, Alfredo (2009) observa que, dado que em Santos (2012b) o espaço contém uma identidade atual e concreta, na qual o tempo se realiza como espaço, não se acentua, nessa perspectiva, os termos de uma crítica ao aparente e ao fenomênico como formas de ser e de apresentação do real, de modo que o espaço é tomado apenas pela sua representação, como se somente visual e material fosse. Assim, na medida que Santos restringe a categoria de espaço sob sua dimensão fenomênica, isto resulta, equivocadamente, no entendimento de que o espaço se constitui, no mundo moderno, como recipiente de abstrações (propriedade privada, trabalho, mais-valia, Estado etc.), quando deveria ser entendido como *abstração real* (Alfredo, 2009).

Em relação ao campo e à cidade, os estudos sobre tais formas sociais passaram a se basear naquilo que seria essencial ao processo de produção do espaço: o movimento de reprodução do modo capitalista de produção e as categorias e abstrações dessa totalidade social. Busca-se situar como ponto de partida de análise não apenas as formas espaciais, o campo e a cidade, mas seu processo de produção. Nesse modo de entender, há um processo histórico de espacialização do modo de produção, gestando contradições e conflitos no espaço. Campo e cidade aparecem como produtos, materialidades, formas, espacialidades, morfologias etc., expressões concretas de processos sociais, de modo que suas características internas e particulares são entendidas não como naturais, mas resultados de processos postos pela sociabilidade capitalista: (I) ora são entendidas como produtos histórico-concretos do modo de produção capitalista, i.e., como formas ou espacialidades criadas pelo trabalho humano, com conteúdos sociais distintos (o urbano/o rural); (II) ora são analisadas como espacialidades definidas pelas suas atividades

produtivas e pelas relações de trabalho aí estabelecidas, capitalistas e não-capitalistas (III) são também consideradas como produtos de relações sociais fundadas na divisão social do trabalho e, por isso mesmo, expressões dessas relações, manifestando-se enquanto divisão territorial do trabalho; (IV) ou, ainda, compreendidas como *loci* da acumulação capitalista, fundada na contradição capital/trabalho, nas relações de classe e na propriedade privada.

A esse respeito, Marcos Saquet (2010) defende que, na discussão sobre o campo e a cidade, um aspecto importante seria a *definição* desses espaços não somente pelo tipo de atividade ali praticada, mas também considerar que “ambos relacionam-se reciprocamente e contêm uma miríade de aspectos específicos inerentes a formas de vida distintas. Há complexidade e heterogeneidade nos espaços rural e urbano” (Saquet, 2010, p. 160). Por fim, aponta que:

A cidade, espaço imediato, arquitetônico, obra de obras, está intimamente ligada ao urbano, às relações (re)construídas incessantemente, e vice-versa. Do mesmo modo, o rural é substantivado por obras, formas geográficas e relações sociais, específicas e interligadas ao urbano e à cidade. Em alguns recortes espaciais, podemos falar de um tempo mais lento no rural, mas não desligado do urbano (Saquet, 2010, p. 180).

Predomina em Saquet a ideia de que campo e cidade existem no real como fragmentos espacialmente delimitados, realidades legíveis, identificáveis. Sua lógica baseia-se na conservação e na naturalização da separação entre as formas autonomizadas e no estabelecimento de uma relação que se constitui externamente, fundada na oposição, nas diferenças e nas trocas entre as realidades. Entende campo e cidade como *territorialidades*, atrelando-as às discussões sobre poder, conflitos de classe e produção do espaço, onde a noção de produção aparece como processo histórico, sucessão dos diferentes momentos. Do ponto de vista de uma crítica à tal fisiocracia, não seria necessário considerar a metafísica social

(trabalho abstrato), posto pela contradição capital/trabalho, como aquilo que medeia as formas sociais autonomizadas?

Milton Santos, em *A natureza do espaço* (2009), considerou o espaço ontologizado como um sistema indissociável de objetos e ações. Para o autor, no estudo do espaço, a análise das técnicas – entendidas não apenas como objetos, mas também como ações – seria central, pois seriam reveladoras da produção histórica da realidade. Assim, a história da sociedade capitalista seria marcada por contínuos processos de modernizações técnicas que, mediadas pelos Estados Nacionais e obedecendo a distintas lógicas, não atingiriam todos os lugares ao mesmo tempo e com a mesma intensidade (Santos, 2009). A história do capital, enquanto produção do espaço mediada por sistemas técnicos, seria desigual, estabeleceria divisões técnicas e territoriais do trabalho, impondo diferenciação e hierarquização aos lugares. Campo e cidade tornam-se *espacializações dos sistemas técnicos*, formas concretas, produtos da divisão social, técnica e territorial do trabalho. A análise das atividades produtivas, transportes, paisagens, objetos, formas etc., daria significação a esses lugares, os qualificariam geograficamente (Santos, 2009).

Em Santos (2009), a noção de técnica, portadora de uma pretensa unidade entre os conceitos marxianos de capitais constante e variável, se põe como elemento de mediação da produção do espaço, em substituição às categorias abstratas capitalistas (como a de força produtiva), advindas da crítica da economia política de Marx. Contudo, a noção de técnica, como mediação social, deveria ser observada não apenas a partir da contradição entre sujeito e objeto, fazendo-a emergir em múltiplas determinações, mas também a partir da contradição entre concreto e abstrato, da crítica do trabalho abstrato, da materialidade e das abstrações resultantes desse trabalho, indicando que a técnica, em seu processo de autonomização, torna-se força estranha ao homem. Críticas a essa *economia política do espaço* podem ser observadas em Alfredo (2005; 2009; 2016).

Ainda nos termos de uma geografia considerada crítica, observa-se o desdobrar da questão campo-cidade em Maria E. B. Sposito (2010a). Para a autora, no século XX, o processo de urbanização seria transformador das morfologias urbana e rural, “[...] tornando muito mais difícil distinguir, no plano das formas espaciais, a cidade e o campo” (Sposito, 2010a, p. 121). Reconhece, assim, a formação de um contínuo cidade/campo, não implicando no desaparecimento de tais formas “como unidades espaciais distintas”, mas sim na:

[...] constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano (Sposito, 2010a, p. 121).

Para Sposito (2010a), a unidade espacial de ambas não dissolveria suas diferenças, mas levaria à sua sobreposição, onde “[...] as formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre esses dois espaços tornam-se imprecisos” (p. 122). A nova unidade espacial seria o somatório de ambas, superposição no plano morfológico. Campo e cidade constituiriam, assim, unidades espaciais complementares no plano das formas, mas distintas e opostas no plano dos conteúdos, devendo os geógrafos priorizar, na atualidade, menos o estudo das formas materiais, pouco distinguíveis visto que a urbanização se realiza de forma difusa, e mais o estudo de seus papéis. Com efeito, aqui, a cisão campo-cidade, naturalizada e coisificada, aparece como oposição simples entre formas materiais: a forma material urbana se opõe à forma material rural; não obstante, no curso da urbanização mundial, com a sobreposição das formas tornando-as menos distinguíveis, a oposição entre as materialidades se deslocaria para a oposição simples dos conteúdos, entre os usos e práticas socioespaciais associadas ao urbano e ao rural. Nem uma palavra, portanto, sobre a forma-valor e seu movimento de circulação, isto é, aquilo que se põe como mediação entre os polos opostos do ponto de vista da reprodução social capitalista.

A ideia de que seria possível identificar campo e cidade a partir de suas características intrínsecas ganha curso no interior da lógica formal, o que se realiza como *representação do espaço* (Lefebvre, 1983; 2006), ou seja, prática social coisificada que, ao deslocar o representado, substituindo-o, torna-se socialmente concreta enquanto ideologia. As *contradições do espaço* (Lefebvre, 2016) são reduzidas à uma tautologia que expressa os conteúdos a partir das formas: o campo é o campo; a cidade é a cidade. Como observa El-Khatib (2018), nesse modo de entender, “[...] os dois elementos [o campo e a cidade] apenas coexistem positivamente e a relação entre eles é meramente contingente e externa. O campo não contradiz a cidade, mas apenas se opõe a ela; cada um é apenas um em-si que se opõe a todo e qualquer outro elemento” (El-Khatib, 2018, p. 32). Assim, o corte urbano-rural se naturaliza enquanto forma de consciência. Como tais formas sociais objetivaram-se como abstrações reais é o que precisaria ser explicado e não de onde se deve partir.

O espaço como materialidade, espacialidade, territorialidade, morfologia, forma imediata, coisa em si, espacialização do modo de produção, nível fenomênico ou aparente do real, ganha curso na lógica formal. O espaço como “corpo do valor”, portanto, forma da contradição entre a física e a metafísica social, dialética da forma e do conteúdo, se localiza no domínio da crítica materialista, negativa. Marx, n’*O Capital*, reconheceu a materialidade, i.e., as condições objetivas de produção e reprodução social como formas abstratas, manifestações da forma-valor. Segundo Alfredo (2010), Marx partiu da crítica do mundo físico, do mundo da mercadoria, do concreto abstraído das mediações, apenas para negá-lo, para determiná-lo como constituinte de uma forma de consciência fantasmagórica, religiosa. Para Damiani (2005), o movimento da crítica dialética marxiana parte do aparente e de sua negação, superando-o, para encontrar as determinações abstratas. Mormente, para a lógica dialética, negativa, marxiana, o aparente é uma abstração. Para penetrar o conteúdo do real, ela busca negar e superar o imediato, o

sensível, a forma, o vazio. Mas o imediato constitui verdade parcial, na medida em que a aparência, o fenômeno e a manifestação conformam momentos da essência, de sua reflexão externa, ainda que não sejam equivalentes a ela.

Na geografia, incluindo as difundidas teorias sobre campo e cidade, a materialidade do espaço constitui, ainda, referência de análise. É próprio da lógica formal confundir formas e abstrações. A dificuldade enfrentada por esse materialismo-histórico seria a de derivar de tal espaço concreto as categorias imanentes à forma capitalista e entender o espaço como abstração própria do moderno e da modernização. O espaço como *abstração real* (Lefebvre, 2006) desloca o estudo de sua materialidade física para o interior da contradição abstrato-concreto (Damiani, 2009). A categoria de espaço abstrato permite, assim, substituir a concepção positiva de produção do espaço como materialidade, forma ontológica de pura acumulação de valores de uso, pelo conceito de *produção do espaço como abstração real* (Lefebvre, 2006), envolvendo e ampliando o processo de produção de mercadorias mediante o processo de reprodução do capital, passando pelo movimento de suas categorias (trabalho, capital, propriedade privada, Estado etc.). Assim, buscando retirar campo e cidade de seu isolamento material, deslocando-as do âmbito da ciência do espaço para o domínio da crítica materialista, pode-se considerá-las como formas sociais, abstrações reais, produtos de uma prática social historicamente determinada e mediada pela forma mercadoria, plenas de contradições, conflitos e negatividade.

Indo além, pode-se falar em *reprodução crítica do capital* (Alfredo, 2013) - e não reprodução ampliada do capital - a mobilizar a produção do espaço como abstração real, o que passa pela contradição entre *valorização do valor e crise imanente* apontada por Marx em *O Capital*. Todavia, vista em sua forma ontológica de pura acumulação, a reprodução ampliada do capital se constitui, nas concepções hegemônicas da geografia, na forma positiva a mobilizar a produção do espaço, movimento apenas negado

pelos momentos de crise capitalistas. A esse respeito, observa-se em Harvey (2005, p. 148):

[...] o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e re formação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar.

Para Harvey (2005), superacumulação e desvalorização de capitais constituem fenômenos inerentes à produção do espaço. Para o autor, dado que o capitalismo padece de superacumulação imanente, a absorção de tais excedentes mediante a produção do espaço poderia contribuir para equilibrar o processo de acumulação, o que entende como “ajuste espacial”. No entanto, de forma antitética, esse movimento poderia resultar, também, na impossibilidade do ajuste, na medida em que “[...] os lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba” (Harvey, 2005, p. 115). As crises periódicas capitalistas resultariam de entraves na valorização dos capitais formados, i.e., de bloqueios ao “ajuste espacial”, o que redundaria na desvalorização e/ou destruição do capital excedente, reiniciando-se o processo. O autor pressupõe, portanto, uma forma de reprodução ampliada do capital em que as crises constituiriam momentos de inflexão em seu processo acumulativo-expansivo, aparecendo, tão somente, nos momentos de superacumulação. Nessa perspectiva, o capitalismo se reporia infinitamente, “sem cessar”, mediante a produção do espaço.

Não estão explícitas, em Harvey, as contradições internas à lógica da valorização do valor. Não seria o caso de se considerar as relações contraditórias postas entre *crise imanente* e acumulação capitalista, entre valorização e *desvalorização do valor*, tal como se observa na crítica da economia política de Marx? De modo semelhante, nas diferentes leituras

sobre campo e cidade, a reprodução capitalista, ainda que pretensamente movida por contradições, aparece positivamente posta como processo reprodutivo acumulativo. Assim, a produção do espaço do campo e das cidades seria movida pelo processo de reprodução ampliada do capital, como se fosse pura acumulação de capitais e valores de uso⁶.

Em Harvey (2005), o trabalho humano – ontologicamente entendido e naturalizado, i.e., concebido como atividade laborativa de produção estrita de valores de uso – seria sempre produtivo, pois, ao produzir mercadorias e espaço, produziria valor, estando as questões das crises capitalistas referidas aos momentos de não realização dos capitais e mercadorias, e não postas internamente ao processo de valorização. Tal concepção ilude-se com a materialidade dos fenômenos sociais e enxerga na concretude acumulada na forma de objetos, coisas, formas e construções apenas resultados positivos do ponto de vista da acumulação, o que fetichiza o movimento da reprodução social capitalista no campo e nas cidades. Se, como demonstrou Marx (2017), a contradição entre os momentos que constituem a reprodução capitalista, entre valorização e desvalorização de capital, entre acumulação e crise imanente, direcionam a totalidade social tendencialmente ao colapso, uma tal apreensão apriorística do real, positivadora da produção do espaço e da acumulação do capital, destitui a potência dessa contradição fundamental como possibilidade de superação do mundo da mercadoria. Nesse contexto, o capital se reperia infinitamente através da produção do espaço, cabendo a algo externo a ele os estritos termos da sua superação. Contudo, de forma distinta a Harvey, é possível pensar a reprodução capitalista e a produção do espaço como processos críticos, negativos. Entendemos que a produção do espaço, no campo ou nas cidades, possui sua base lógica na simultaneidade dos momentos críticos da valorização do valor, como *reprodução crítica capitalista* (Alfredo, 2008; 2013).

Sobre as relações estabelecidas entre campo e cidade, de forma geral, os estudos críticos, tomados a partir de diferentes perspectivas

teóricas, versam sobre: I) estudos sobre as características do campo e das cidades; II) estudos sobre as relações de troca e fluxos materiais/imateriais entre tais espaços; III) considerações teóricas sobre os conceitos de rural e de urbano, como formas de sociabilidade atreladas ao campo e à cidade; IV) discussões sobre o “novo rural” brasileiro, considerando as transformações provocadas no campo pela expansão das relações capitalistas urbano-industriais. Interpretado pela linguagem geográfica dita crítica, a contradição campo-cidade tornou-se um mosaico de fragmentos e de suas relações, cuja interação entre as partes é buscada mediante racionalização do real⁷.

Milton Santos, no livro *Manual de Geografia Urbana* (2012a), em diálogo com Pierre George, buscou discutir o problema do mundo rural em sua relação com o mundo urbano nos países subdesenvolvidos. Segundo Santos, nesses países, as relações cidade-região seriam distintas das verificadas por George nos países desenvolvidos, na medida em que lhes faltariam o dinamismo econômico das realidades urbano-industriais. Nos países subdesenvolvidos, indicou como características da relação cidade-região: a debilidade dos fluxos; a astenia e assimetria das trocas; a baixa densidade dos transportes; as fortes disparidades regionais; a drenagem da renda fundiária; a forte migração campo-cidade; a existência de dois setores econômicos (tradicional e moderno) (Santos, 2012a). Baseado nesse diagnóstico, Santos propôs uma tipologia das relações cidade-região para os países subdesenvolvidos, usando como critério de classificação o grau de integração rural-urbano, sendo a integração tanto mais completa quanto mais complexos e diversificados fossem seus vínculos. Por fim, apontou que as cidades dos países subdesenvolvidos, em sua relação com o campo, poderiam ser consideradas tanto como predatórias, ao drenarem sua renda e população, como também impulsionadoras, atuando como centros de irradiação da modernização capitalista. Assim, acredita na possibilidade de uma “harmonização das relações cidade-região” (Santos, 2012a, p. 155) por meio da constituição de

uma alternativa econômica que passasse, necessariamente, pela mediação do Estado capitalista. Para tanto, nos países subdesenvolvidos, as grandes cidades deveriam atuar como polos do processo cumulativo de crescimento nacional (Santos, 2012a).

Uma vez que, em Santos (2012a), o desenvolvimento é pensado como propriedade física do capital, como acumulação de forças produtivas sociais, algo a ser conquistado pela realidade do campo e pela periferia capitalista, o trabalho abstrato, metafísica social, se põe a salvo de suas críticas. Assim, constitui uma análise contingente e externa às abstrações capitalistas, que volta suas armas contra a desigualdade de distribuição das forças produtivas sociais, problema passível de ser racionalizado pela mediação do Estado. Desse modo, as questões levantadas pelo autor se situam a nível da distribuição desigual dos resultados materiais do trabalho entre campo e cidade, e pouco se questiona sobre a materialidade social como abstração, de modo que sua teorização se orienta no sentido de propor um planejamento espacial, uma racionalização para os investimentos de capitais com o objetivo de trazer a modernização para o campo, reduzindo as desigualdades sociais.

Com efeito, sua compreensão da relação campo-cidade se funda numa dualidade valorativa. O campo é valorativamente posto como atrasado, termo necessário de ser modernizado e assimilado pela expansão das forças produtivas urbano-industriais modernas. Positivamente compreendido, o campo aparece como forma social não moderna, a qual se contrapõe, em seus conteúdos, à civilização urbano-industrial e, ademais, à expansão extensiva e intensiva da racionalidade produtiva do capital. A realidade agrária seria definida, portanto, pela ausência do capital e suas abstrações, devendo o mesmo ser ali introduzido mediante a atuação do Estado e do planejamento espacial. Isso posto, o desenvolvimento das forças produtivas do campo – via agroindustrialização, extensão do trabalho assalariado, expansão da propriedade privada, investimentos financeiros, criação de infraestruturas

etc. – não se faria como crise ou negatividade, isto é, como forma de reprodução das relações de produção capitalistas, mas sim como positividade, permitindo maior “justiça social”. Dessa feita, a relação campo-cidade carrega uma valorização positiva da extensificação do processo social capitalista, na qual o agrário aparece como etapa a ser superada, elemento ainda não incorporado à expansão da lógica urbano-industrial e que carece de uma passagem para seu oposto, o urbano.

Somente como ilusão temporal é possível compreender o campo como atraso ou vir a ser urbano, e não como simultaneidade da diferença e da igualdade – diferença, pois corresponde à forma específica da unidade mundial do valor; igualdade, já que também forma de ser da reprodução social crítica –, cuja mediação categorial reside na metafísica do tempo de trabalho abstrato. O atraso aparente do campo, dada a comparação com o padrão urbano-industrial, apenas se constitui a nível do desenvolvimento de suas forças produtivas, resultado da forma como o capital atrela, negativamente, campo e cidade. Não obstante, a ilusão do vir a ser urbano aparece, em Santos, como fetiche modernizador. Assim, o autor não apenas obscurece as contradições do real ao pôr o campo como aquilo que não se adequa à modernidade urbano-industrial, como, ao mesmo tempo, oculta o fato de que o campo é, do ponto de vista da relação campo-cidade, o elemento que condiciona, de forma determinante, a reprodução da periferia capitalista (Alfredo, 2013). Por sua vez, na perda da totalidade contraditória, a cidade e o urbano, colados aos ideais de modernidade e de civilização, não são vistos como barbárie. Assim, sua leitura positiva da relação agrário-urbano, se, por um lado, perde a noção de totalidade, que se constitui na diferença e na igualdade como unidade da contradição, por outro, forja uma totalidade que é unidade simples dos opostos: a região subdesenvolvida. No interior dessa totalidade fragmentada, cada forma social existe em-si, e o seu contraponto é afirmação da diferença, i.e., cada polo da relação não constitui uma passagem negativa para seu oposto, mas apenas sua deformação. Desse modo, não reconhece campo e cidade como

formas sociais da totalidade capitalista, postas sob as mesmas determinações abstratas, necessárias à valorização crítica do valor.

Parte das discussões sobre a relação campo-cidade se desenrolam, na geografia, no interior dos estudos sobre redes urbanas e relações cidade-região, ampliando as discussões de Christaller sobre a teoria das localidades centrais e os ensaios de Pierre George, sobre redes urbanas. Compreende-se que o a reprodução ampliada do modo capitalista de produção, manifestar-se-ia na divisão territorial do trabalho, suscitando a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de redes e fluxos materiais e imateriais entre campo e cidade e entre cidades. Para Corrêa (1989), as redes urbanas constituiriam reflexos do aprofundamento da divisão territorial do trabalho, mas também sua condição de existência:

A rede urbana pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Estas funções - comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas, prestação de serviços diversos etc. - reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características específicas na estrutura capitalista (Corrêa, 1989, p. 70, 71).

Isso posto, para o autor, a rede urbana conformaria um produto social, uma forma espacial determinada, constituída por um conjunto articulado de centros urbanos, através da qual se daria a criação, circulação e apropriação do mais-valor sob o modo de produção, garantindo, através de interações sociais espacializadas, a reprodução da sociedade capitalista. Nesse sentido, a rede urbana poderia ser entendida como a cristalização da circulação ampliada do capital (Corrêa, 1989). Ainda segundo Corrêa, poderia ser também considerada como a forma espacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e centros menores. Através da rede urbana, a cidade extrairia do campo e cidades menores “[...] via migrações, força de trabalho. Extrai também produtos alimentares, matérias-primas, lucros comerciais e renda fundiária. [...] a

cidade exporta - para o campo e centros menores - capitais, bens e serviços, ideias e valores” (Corrêa, 1989, p. 56).

De maneira semelhante, Saquet (2010) entende que a articulação entre campo e cidade seria efetivada, atualmente, por “[...] redes de circulação e comunicação, redes visíveis e invisíveis, materiais e imateriais, infraestruturais e abstratas, movimento” (p. 161). Tais redes,

[...] podem ser de complementaridade, de sinergia e inovações, respectivamente, ligando centros urbanos complementares a partir de uma certa divisão territorial do trabalho ou de uma certa especialização em algumas atividades produtivas ou de serviços; centros similares ou processos cooperativos, e promovendo inovações tecnológicas. Redes que se manifestam no Sudoeste [Paranaense], nas territorialidades cotidianas entre diferentes cidades e mesmo entre o rural e o urbano (Saquet, 2010, p. 180).

Sposito et al. (2007) indicam que as relações campo-cidade seriam marcadas, hoje, por “[...] articulações espaciais, sem que haja necessariamente continuidades territoriais” (p. 38). Desse modo, as novas “relações espaciais” entre o rural e o urbano seriam articuladas e organizadas por fluxos que ultrapassam as áreas ou regiões de comando de uma cidade, sobrepondo áreas e regiões, gerando “[...] estruturas espaciais em rede, cuja morfologia não contém continuidade territorial” (Sposito et al., 2007, p. 38). Assim, defendem como prioridade a compreensão dos “novos papéis” desempenhados pela cidade e pelo campo no movimento de reprodução ampliada do capital, no lugar do entendimento das realidades materiais. Não obstante, do ponto de vista da dialética marxiana, o que seriam “articulações espaciais”, “relações espaciais” e “estruturas espaciais”?

Em trabalho sobre a relação cidade-campo no período da globalização, Sposito (2010b) buscaria atualizar a perspectiva de George, afirmando que, nesse momento, é possível verificar que “nem sempre ou não mais, a área rural do município vive ‘em benefício’ de sua cidade ou é dela tributária” (p. 55). Para a autora, no período atual, muitas cidades se

articulariam com outras, localizadas em áreas afastadas, ou têm se tornado economicamente tributárias de espaços que lhes são distantes, constituindo, do ponto de vista das relações, “territórios descontínuos”. Por sua vez, os novos vetores da economia, como os grandes conglomerados, não operariam estritamente numa região ou no âmbito de uma rede, mas em diferentes escalas geográficas. Assim, as novas relações cidade-cidade e campo-cidade, como aquelas postas pelos meios de comunicação ou pela ampliação das formas e redes de transporte, colocariam em questão o papel da contiguidade como determinante na compreensão de redes urbanas e relações cidade-campo (Sposito, 2010b). No período atual, Sposito salienta a existência de duas classes de relações: aquela conformada pelo mercado regional (o campo); e aquela definida pelas relações entre centros urbanos. Para a autora, os fluxos suprarregionais imateriais, postos pelo processo de globalização, sobreporiam os fluxos regionais, já que oriundos de atores econômicos e políticos hegemônicos: “Os fluxos imateriais, dados pelos meios de comunicação mais poderosos, bem como os de matérias-primas e mercadorias, estão presentes e são de escala geográfica mais abrangente, quando se comparam com aqueles que, a partir dessas áreas, são definidos por seus moradores” (Sposito, 2010b, p. 60).

A noção de rede, partilhada pelos autores, compreende duas funções: circular e comunicar. As redes urbanas se compoem de centros urbanos, com funções distintas, e suas relações com as regiões circundantes, unidas por laços materiais, como vias de transporte, e laços imateriais, como fluxos de comunicação e informação. Predomina a ideia de *espaço absoluto*, recipiente de formas, objetos e coisas e das relações entre eles estabelecidas. Os fluxos de pessoas, mercadorias, dinheiro, serviços, objetos, informações etc., definiriam as redes urbanas e as relações campo-cidade, de modo que caberia à geografia crítica identificá-las, descrevê-las e caracterizá-las. Não se abandona a perspectiva movimento das coisas no espaço, introduzida por Pierre George, mas

enverniza-se o movimento dos objetos com algumas categorias e formulações marxistas. A concretude do espaço permanece, portanto, como ponto de partida e referência, reduzindo o real ao nível do sensível, da manifestação. Marx já havia apontado que, sob o modo capitalista de produção, as relações sociais tomam o caráter de uma “objetividade fantasmagórica”.

Pode-se falar em *economia política do espaço*, fundada na *planificação espacial* (Lefebvre, 2016), aplicando, na análise do espaço, modelos abstratos baseados na produção e circulação de coisas, mercadorias, serviços etc., obliterando as contradições do processo de valorização capitalista. A *planificação espacial* se define como prática que se ocupa dos fluxos materiais e imateriais (Lefebvre, 2016). Cada fluxo possui uma origem, um percurso e um ponto final. Existem múltiplos fluxos, que são estudados, mensurados e regulados: bens, pessoas, objetos, mercadorias, dinheiro, informações etc. O tratamento dos fluxos dá lugar a diversos cenários, projeções, formas de organização e planificação do espaço. A planificação espacial projeta, no terreno, a divisão técnica e social do trabalho, reafirmando o *espaço instrumental*, ou seja, o espaço como lugar onde se desenvolvem estratégias, o espaço das representações, dos tecnocratas (Lefebvre, 2016).

A categoria de espaço não deve se reduzir nem aos objetos e coisas que ele contém, nem à sua soma ou às suas relações. Do ponto de vista formal, os objetos, coisas e relações possuem particularidades reconhecíveis, contornos, mas, tomados isoladamente, são apenas abstrações. Apenas o trabalho abstrato os preenchem, os põem em relação. O capitalismo produziu e produz um espaço abstrato que contém e reproduz o mundo da mercadoria, sua lógica e suas abstrações. Esse espaço, fragmentado, hierarquizado, homogeneizado, apoia-se, como pontua Lefebvre (2006), em fluxos, redes e relações, i.e., em relações sociais implicando formas. As relações comerciais, as trocas, os fluxos, as redes etc., que o capital supõe e induz no seu movimento de circulação e

reprodução, tomam uma existência real projetada no terreno que, contudo, aparece descolada e autonomizada da metafísica social. O aspecto a ser considerado seria, portanto, o da produção do espaço como abstração real, o que permitiria situar as discussões sobre redes urbanas e relações campo-cidade considerando a contradição entre a física e a metafísica social.

Como se vê, na geografia, aos poucos, certas relações passaram a ser identificadas entre campo e cidade, principalmente a partir dos estudos sobre fluxos materiais e imateriais e redes urbanas, mas pouco se avançou no sentido de identificar uma relação constitutiva interna, negativa e abstrata, entre as formas sociais, nos termos de uma contradição. Deste modo, a cisão campo-cidade retém um caráter positivo e trans-histórico, e pouco se discute sobre a contradição entre as formas autonomizadas. Separados, campo e cidade são ontologizados, tornam-se formas *a priori* do pensamento; e a cisão, pouco compreendida, se naturaliza enquanto forma de consciência necessária. E, por isso, se torna difícil encontrar um tratamento do real em movimento (Damiani, 2008), não como materialidade, mas como processo, no qual os termos opostos, necessariamente, põem a transição de si ao seu outro, nos termos do movimento das abstrações.

Considerada lógica e historicamente, a ciência do espaço tem se dedicado, sobretudo, à descrição das formas de manifestação do valor, incluindo o aparecer e o movimento das coisas no espaço, tomando o expressado como conteúdo, e não como manifestação. Ao não se fazer como crítica, mas como afirmação e representação do real, a geografia se furta de compreender a irracionalidade da forma social capitalista e de analisar seus conteúdos, as contradições e a história negativa e crítica do espaço, no campo e nas cidades. Contudo, se na análise do real devemos considerar as determinações formais – como corpo e expressão da forma-valor –, cabe-nos, sobretudo, como questão de método, a crítica da forma-

mercadoria e de sua universalização enquanto mediação determinante da prática social sob o modo capitalista de produção.

Apenas metafisicamente é possível fragmentar o real. O *pensamento metafísico* ou *lógica formal* opera de forma distinta à dialética; ele faz do pensar a concordância com o aparente (Hegel, 2016). Para a metafísica, o pensar é vazio em si, e, assim sendo, deve buscar na objetividade exterior os conteúdos para preencher-se (Lefebvre, 1975). Na metafísica, o pensamento se comporta como algo deficiente, que deve se completar a partir da matéria, através da análise do aparente (Hegel, 2016). Tal lógica privilegia a forma pura e, a partir dela, deriva o mundo dos conteúdos (Damiani, 2008). Assim, para a lógica formal, o mundo aparece como todo formado por partes vazias, cabendo ao sujeito cognoscente “preencher os seus pensamentos com a objetividade que lhe é externa” (El-Khatib, 2018, p. 41), encontrando as relações entre os fragmentos autonomizados, de modo que o real aparece como somatório das formas e de suas relações reveladas pelo pensamento.

A forma pura, autonomizada e vazia, ganha existência no interior da lógica formal a partir do princípio da identidade (Damiani, 2008). Este princípio permite conhecer o ser e sua identidade através da afirmação de suas qualidades aparentes. Daí falar-se em tautologia, onde, a partir da forma, a repetição dos termos busca um conteúdo: “ $a = a$ ”, ou, a forma é igual a forma. O princípio da identidade se define como unidade essencial consigo mesma (Damiani, 2008). Por detrás de sua objetividade escondem-se, ainda, os princípios da não-contradição e do terceiro excluído, assim enunciados: I) se uma proposição é verdadeira, a sua oposta é, necessariamente, falsa; II) ou uma proposição é verdadeira ou sua negação é verdadeira. Desse modo, o princípio da identidade “[...] propõe a diferença numa relação externa: *ou, ou*. Uma coisa não pode ser ao mesmo tempo outra coisa. As coisas são distintas e reciprocamente indiferentes. Trata-se da lógica da separação, cujos termos lógicos são exteriores um em relação ao outro” (Damiani, 2008, p. 79). Todavia, é

possível adicionar à forma vazia da lógica formal conteúdos concretos (Damiani, 2008), introduzindo, na identidade, a diferença, tornando-a, então, contradição: a forma é e, para tanto, não é outra forma, simultaneamente. Passa-se, assim, para o domínio da lógica dos conteúdos, absorvendo e superando a lógica formal, movimento necessário na dialética do real (Damiani, 2008). A contradição dialética mantém, em seu interior, a lógica formal, mas, ao mesmo tempo, a nega e a supera:

Ao sair do círculo vicioso da forma vazia, e partindo dela, em direção aos conteúdos, a negação já é um momento da verdade, completado pela afirmação posterior, que é a unidade da identidade e da diferença. Então, reconsideremos: o termo médio, a mediação, o elemento fundante da compreensão de múltiplos conteúdos é a negação, a contradição, já não reduzida à oposição formal, mas redefinida como fundamento ativo: a contradição dialética (Damiani, 2008, p. 80).

A partir da dialética, é possível superar a oposição exterior dos termos constituintes da lógica formal, no sentido de identificar a relação interna e contraditória entre eles (Damiani, 2008). Para a dialética, sujeito e objeto, forma e conteúdo, pensamento e pensado, isto é, os pares em oposição, contêm, em si mesmos, o seu outro, sua negação. Nisso reside um movimento implicado, pois os termos antagônicos, necessariamente, põem a transição de si ao seu outro (Damiani, 2008), retirando a forma pura e vazia de seu isolamento e a fazendo submergir em múltiplas relações.

Isso posto, na análise da contradição campo-cidade, faz-se necessário superar a lógica formal, apontando na direção de uma perspectiva de dialética que não apenas se proponha como tal, mas que de fato negue e supere a análise positiva, aparente e fragmentária do real; na direção de uma perspectiva de totalidade, dialética, crítica e negativa. A cisão campo cidade não pode ser pensada como algo dado, natural, ontológica, trans-histórica; tampouco pode ser tida apenas como pura objetividade, materialidade ou exterioridade; ela dever ser entendida como

forma de consciência posta pela contradição sujeito-objeto (El-Khatib, 2018); mas, sobretudo, como abstração real-social que se realiza e que necessita de profunda reflexão teórica-crítica. Assim, antes de se compreender o que são campo e cidade, deve-se compreender como se negam, como se põem em um movimento interno de contradição. Para além disso, deve-se compreender por que, sob o modo de produção capitalista, a cisão entre as formas se põe e repõe. O ponto a considerar é a cisão e a contradição entre os pares e entre os pares e o todo, ou seja, a totalidade contraditória capitalista. A contradição dialética não é apenas contradição externa entre os elementos dissociados pela metafísica, mas unidade das contradições, identidade negativa.

2. Cisões e autonomizações: a contradição campo-cidade em seu fundamento negativo

No capítulo XXIV d'O *Capital* (2013), referente à *Assim chamada acumulação primitiva*, Marx demonstrou que a cisão campo-cidade emergiu, lógica e historicamente, a partir do aprofundamento do processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, sendo não apenas produto da gênese do modo capitalista de produção, como também pressuposto de sua reprodução, cujo sentido é a extração do mais-trabalho. Trata-se, pois, de um processo de fragmentação e autonomização historicamente determinado.

Nesse capítulo, Marx expôs crítica e negativamente a gênese da forma social capitalista, evidenciando o processo que criou a relação capitalista de produção, a qual contrapõe capital e trabalho. A fase da acumulação primitiva envolveu a *objetivação de abstrações*: a constituição da propriedade privada da terra, através dos cercamentos, mediante a expulsão dos trabalhadores camponeses do campo; a formação dos sujeitos da troca e o disciplinamento dos homens para o trabalho, mediados pela forma jurídica burguesa; a transfiguração dos meios de subsistência e de

produção do campesinato em capital etc. O capital rompeu uma forma de economia que se bastava a si mesma – o feudalismo – e, em seu lugar, através da violência e do roubo, instituiu nova relação social fragmentária, baseada na separação do trabalhador de seus meios de produção⁸.

No movimento de constituição da modernidade, a propriedade fundiária emergiu, em sua totalidade e extensão, como moderna propriedade privada da terra. Ao penetrar no campo, o capital transformou a forma da propriedade fundiária rompendo os vínculos que atrelavam posse e uso da terra; libertou a terra de todo enfeite e amálgama social, fazendo-a assumir sua forma puramente econômica, fonte de *renda fundiária* (Marx, 2017). Campo e agricultura passaram a se submeter às relações capitalistas de produção e a terra tornou-se “uma máquina que torna o trabalho imediato mais produtivo e, por conseguinte, fornece mais cedo um excedente” (Marx, 2011, p. 488). Nesse processo, simultaneamente, deu-se a metamorfose dos camponeses em trabalhadores livres. Assim, o trabalho moderno, em sua totalidade, resulta da ação do capital sobre a propriedade fundiária (Marx, 2011). Mormente, o capital transfigurou o trabalho na terra, antes fonte de subsistência, em trabalho produtor de valor em sua relação negativa com a propriedade, i.e., em trabalho como “fonte de subsistência mediada, inteiramente dependente de relações sociais” (Marx, 2011, p. 215, 216). Deste modo, a objetivação da propriedade privada da terra, como abstração real, libertou o trabalhador de suas condições de sobrevivência, de modo que esse sujeito, a partir de então, aparecerá frente ao capital como juridicamente livre. Portanto, a força de trabalho, enquanto mercadoria capaz de realizar a valorização do valor, acontece num momento histórico definido. Nesse processo, o trabalho adquiriu sua dupla liberdade, o que nos conduz à noção de *mobilidade do trabalho*, salientada por Jean P. Gaudemar (1977), a qual expressa a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria sob o modo capitalista de produção. Com efeito, a propriedade privada da terra, embora possa parecer, ainda hoje, como exterior ao

processo social, é sua condição e resultado, fonte de mais-valor em sua relação negativa com o trabalho. Ao mesmo tempo, ela determina e especifica a forma moderna do trabalho: trabalho livre, *força de trabalho*.

A partir da gênese da forma de sociabilidade pela mercadoria, o caráter abstrato do trabalho moderno se firmou. O trabalho toma a forma da medida de tempo de trabalho socialmente necessária para a produção de mercadorias, trabalho abstrato apropriado como lucro ou repostado como investimentos na forma de meios de produção, ou seja, trabalho com a finalidade de acumular mais-trabalho, o qual, segundo Marx observou nos *Grundrisse*, se disseminaria nas cidades e no campo, isto é, “por toda a superfície da sociedade” (Marx, 2011, p. 216). Sob tal perspectiva, o processo do capital tenderia a se alçar mundialmente ao modo especificamente capitalista, fundado na contradição capital-trabalho como base da produção do mais-valor, ou seja, considerado lógico e historicamente, o movimento da formação econômica-social orienta-se em direção ao trabalho abstrato, à conversão das diferentes qualidades de trabalho à medida abstrata e comum de tempo de trabalho socialmente necessário, e à produção de mais-valia (absoluta e relativa)⁹.

Na marcha da constituição da forma de sociabilidade pelo valor, na medida em que o trabalhador foi expropriado de seus meios de produção – o principal deles a terra –, ao mesmo tempo, a indústria doméstica, antes complementar à agricultura, foi suprimida pela manufatura emergente:

Essas matérias-primas e meios de subsistência [do trabalhador] converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. Fios, panos, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas se encontravam no âmbito de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu consumo próprio, transformam-se, agora, em artigos de manufatura, cujos mercados são formados precisamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até então condicionada por uma grande quantidade de pequenos produtores, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado, abastecido pelo capital industrial (Marx, 2013, p. 818).

O processo de constituição da modernidade, que separou uma multidão de sujeitos das condições objetivas de realização de seu trabalho, que negou tais relações e, desse modo, os transformou em trabalhadores livres, libertou, também, suas condições de trabalho da vinculação anterior com esses indivíduos que, agora, aparecem frente a elas dissociados, isolados e privados de propriedade. Tais condições objetivas de trabalho (a terra, as matérias-primas, os instrumentos de trabalho, o dinheiro etc.) passaram a existir sob outra forma – sob a forma de valores – e, na qualidade de capital, propriedade privada, se contrapõem aos trabalhadores livres. O resultado da gênese do capital não foi, portanto, o desaparecimento dos elementos até então unidos, trabalho e propriedade, mas sua *autonomização* (Marx, 2017), onde, cada um deles, transfigurados, volta a aparecer em uma relação negativa, interna, com o outro: o trabalhador, livre, de um lado, e o capital, do outro. Isso posto, a gênese lógico-histórica do capital envolveu não apenas a constituição da forma-trabalho, o trabalhador livre, mas também a instituição da forma-sujeito, i.e., sujeito burguês, aparentemente livre, que se reproduz no universo das trocas, consumindo o que não produz. A cisão trabalho propriedade marca a submissão da vida cotidiana à forma-mercadoria: o trabalhador é sujeitado a vender sua força de trabalho para obter meios de subsistência. Ao mesmo tempo, a forma-mercadoria e o tempo social médio de trabalho passam a mediar e equalizar as relações sociais de troca, incluindo as relações entre agricultura e manufatura, entre campo e cidade.

Com efeito, a partir da separação do trabalhador de seus meios de produção se estabelece a relação negativa entre os ramos produtivos do capital, tornados autônomos, cuja expressão imediata é a separação entre os ramos da manufatura e da agricultura. A constituição da Grande Indústria, pelo aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas do capital, consoma e aprofunda essa cisão, contrapondo, a partir de então, os ramos autonomizados da indústria e da agricultura. A Grande Indústria instaura, então, importantes transformações nas condições

materiais de produção e existência, no interior de uma sociedade que passa a se estruturar em torno das formas de produzir riqueza como capital (Damiani, 2008). Toma curso um processo de complexificação social que tenderia para uma ordem impessoal, abstrata, fragmentária, urbana, desafiadora da ordem social rural, comunitária, feudal (Damiani, 2008). Nesse processo, a cidade se traduziria, paulatinamente, em polo da relação agrário-urbano, e, o campo, em seu polo oposto, cuja unidade estava posta sob a forma mercadoria.

A ascensão da cidade e da indústria significou, de fato, que estava ocorrendo o triunfo do abstrato sobre o concreto (Damiani, 2008). O espaço da cidade, expressão fenomênica, começa, então, a ser produzido para permitir que os conteúdos abstratos da forma social encontrassem meios de realização (Damiani, 2008). Neste processo, a cidade rompe com o entorno rural, assumindo o papel de organizadora das transformações urbano-industriais, “tornando-se a expressão geográfica dos ensejos da revolução burguesa, encarnando o ambiente político que instaura o Estado burguês e acelerando o desenvolvimento das novas forças produtivas [...]” (Moreira, 2005, p. 195). A modernidade, desencadeando a separação campo-cidade, projetaria o *urbano* como síntese negativa de todo processo, conjunto de práticas de um modo de vida propriamente capitalista (Lefebvre, 1999). A *urbanização da sociedade* (Lefebvre, 1999), mediante processos abstratos de produção e reprodução, se estenderia para além das aglomerações urbanas. Produz-se, assim, uma nova espacialização, como *abstração real* (Lefebvre, 2006), expressa no conceito de *tecido urbano* (Lefebvre, 1999), esboroando a velha separação entre campo e cidade, redefinindo-a pela lógica urbano-industrial e, adiante, financeira/fictícia, subordinando-a à reprodução crítica capitalista.

O campo, do mesmo modo, passa também a se modernizar e industrializar, ganhando curso como abstração real. Com sua industrialização, estaria também posto sob a *lei geral da acumulação capitalista*, a qual se constitui pela simultaneidade entre *acumulação* –

capital que busca se valorizar através da exploração do trabalho abstrato – e sua *crise imanente*. Desse ponto de vista, o campo, enquanto forma social capitalista, não exprime uma relação metabólica fetichista entre Sociedade e Natureza, mas sim a própria reprodução crítica do valor, forma da contradição capital-trabalho. Seu fundamento reside na produção de lucro e renda fundiária, trabalho abstrato que se cristaliza na forma-mercadoria: esse é seu conteúdo. A partir de fins do século XIX, campo e cidade estariam, portanto, unidos negativamente, submetidos ao processo de *reprodução crítica do capital*.

Por fim, o mercado mundial capitalista, regido pelo tempo social médio de trabalho da indústria, no interior do qual se distingue a cisão campo-cidade como base da divisão social do trabalho (Marx, 2013), parece amalgamar e unificar o que foi fragmentado e autonomizado. Assim, se sob a forma social feudal existia uma unidade submetida a um único sentido, na qual a indústria doméstica se punha em função da agricultura – tendo ambas a finalidade de reprodução da comunidade –, com o desenvolvimento da forma social capitalista e o aprofundamento da divisão do trabalho, indústria e agricultura, campo e cidade, constituem-se como lógicas independentes, objetivadas, autonomizadas e vinculadas à reprodução crítica do valor (Marx, 2011; 2013).

Com efeito, se a separação entre campo e cidade emerge historicamente a partir da divisão social do trabalho, como separação entre trabalho material e trabalho intelectual (Marx; Engels, 2007; Lefebvre, 1972; 1999; 2001), somente após a constituição do modo capitalista de produção pode-se falar propriamente em cisão e contradição campo/cidade, na medida em que se autonomizam e se contrapõem, mediadas pela forma-valor. Então, a cidade toma curso como abstração real e aparece fetichistamente como local de aglomeração da indústria, do comércio, dos meios de produção e do trabalho; em oposição, no campo, de forma não menos fetichista, imperaria o isolamento e o atraso

tecnológico e dos modos de vida em metabolismo com a terra (Marx; Engels, 2007).

A cisão entre campo e cidade provém da gênese do amálgama social capitalista, regido por contradições e marcado pela objetivação de abstrações, pela instituição de cisões, fragmentações e autonomizações e pela constituição de fetichismos, pressupostos para a reprodução da forma de sociabilidade fragmentária, fundada na troca de mercadorias. Sua autonomização se produziu lógica e historicamente através da cisão trabalho-propriedade e se aprofundou mediante o desenvolvimento da divisão social do trabalho, com a separação entre formas de trabalho necessárias à reprodução ampliada do capital, particularmente entre o trabalho agrícola e o industrial. Nesse sentido, constituiu-se enquanto objetivação de formas distintas da contradição capital-trabalho, ou melhor, de relações sociais de produção. Do ponto de vista da divisão social do trabalho, podemos considerar campo e cidade como formas autonomizadas postas pelo e para o capital, pressupostos para a reprodução da sociabilidade fundada na produção e troca de mercadorias. Não obstante, como salientou Marx (2013), à autonomização dos ramos produtivos do capital corresponde uma *divisão territorial do trabalho*, isto é, forma social de sua manifestação.

Ainda a respeito da cisão cidade e campo, a partir do desenvolvimento das forças produtivas do capital, Marx identifica nesse processo dupla produção do mercado interno para a indústria: esta, mobiliza o campo, o revoluciona e o conquista; mas também encontra na cidade parte de seu mercado interno. Assim, a cisão agrário-urbana guarda em seu interior uma unidade negativa, unidade das contradições, isto é, trata-se de considerar a formação do mercado interno capitalista, o qual se constitui pela união das partes tornadas aparentemente autônomas. Observa Marx (2013, p. 819) que:

[...] somente a grande indústria proporciona, com as máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria da população rural e consome a cisão entre a agricultura e a indústria doméstica rural, cujas raízes – a fiação e a tecelagem – ela extirpa. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno.

O avanço da divisão social do trabalho institui intenso movimento de autonomização dos ramos produtivos do modo de produção; resulta, ainda, na constituição de uma unidade que, aparentemente, permite juntar aquilo que foi fragmentado, cuja mediação ocorre pelas trocas de mercadorias entre as formas autonomizadas, isto é, unidade na constituição do mercado interno. Daí a necessidade de se resgatar o conceito de *autonomização*, a partir da crítica da economia política de Marx (2017), como aparência alienada das relações sociais que se constitui, não apenas, a partir da cisão lógico-histórica entre os termos e ramos, mas, também, que institui uma nova unidade, fetichista, não como totalidade contraditória, mas como unidade simples das partes.

Observa-se, até aqui, como o processo de modernização capitalista é avassalador, obscurece a análise e apresenta de forma fetichista a cisão dos momentos: a contradição cidade-campo não pode ser considerada ontológica, natural ou trans-histórica; ela deve ser compreendida como resultante de processos sociais postos pelo avanço da divisão social do trabalho, portanto, historicamente determinada enquanto produto do moderno e da modernização capitalista. Com o processo de acumulação primitiva, campo e cidade, como tais, começaram a aparecer, explicitando-se como formas autonomizadas, abstrações reais, e, assim, inter-relacionadas e em movimento de contradição. Como apontou El-Khatib (2018), a partir da cisão trabalho/propriedade e do aprofundamento da divisão social do trabalho constituiu-se a cidade enquanto tal, mas também e, necessariamente, a sua negação, aquilo que é não-cidade; ao mesmo tempo, constituiu-se o campo e sua negação, o não-campo. Da cisão, surgiram a cidade e sua negação, ao mesmo tempo em que surgiram o

campo e sua negação, mas, para além disso, a própria contradição campo-cidade se instituiu (El-Khatib, 2018).

3. Sobre formas e abstrações: a partir do espaço abstrato, em direção à dialética

Se campo e cidade constituem formas objetivadas pelo aprofundamento da divisão social do trabalho – no interior de uma sociabilidade marcada pelo movimento de dissociação entre forma e conteúdo, com tendência de sobredeterminação da forma em detrimento do conteúdo (Alfredo, 2010) –, cabe-nos, enquanto questão de método, pensar criticamente os conteúdos sociais da forma, constituindo nesse percurso a destituição da coisa em si, reconhecendo-a negativamente como forma do fetiche. Assim, a forma, como imediato, é mediação, primeira abstração, fetiche. Para penetrar no real devemos superar o imediato, a forma, negando-a.

Em *O Capital* (2013), Marx salientou o caráter fetichista da forma-mercadoria. Seu segredo residiria no fato de que, como forma, a mercadoria reflete ao mundo sua materialidade natural ao mesmo tempo que: (I) oculta sua constituição através do processo de objetivação do trabalho humano abstrato, obliterando, portanto, seu conteúdo social; (II) desloca as formas distintas de trabalho pela forma genérica da grandeza de valor (tempo de trabalho necessário); (III) coisifica e reifica as relações sociais, com sentido de sua autonomização fantasmagórica, ou seja, aparece como algo existente à margem de seus produtores, como figura independente e dotada de vida própria. Assim, na sociedade das trocas, o fetiche da forma-mercadoria realiza tripla determinação:

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (Marx, 2013, p. 147).

Destarte, não se trata de dizer simplesmente que o fetiche se constitui no interior da sociabilidade capitalista uma vez que as relações sociais parecem se esconder por detrás das mercadorias e das relações entre mercadorias. A obliteração do conteúdo social é um componente do processo de fetichização; esse processo envolve, ainda, a equalização das formas de trabalho através da instituição da medida abstrata do tempo de trabalho socialmente necessário, e, ademais, um movimento de autonomização da forma em relação ao conteúdo, de coisificação das relações sociais. O fetiche adere à forma-mercadoria e constitui parte de sua identidade. A mercadoria não é apenas valor de uso e valor de troca; ela comporta e realiza o fetiche, tornando-o constituinte da forma de sociabilidade, condição necessária de sua realização. A crítica da forma aparente deve passar pela crítica do fetiche da mercadoria, reconhecendo-a em sua negatividade.

O fetiche contido na forma-mercadoria dissimula o conteúdo social. Mas, aponta Lefebvre (1977), a mercadoria não apenas oculta, como também contém o processo real. Por isso Marx, n' *O Capital*, indica que a mercadoria comporta e realiza a equalização dos distintos tempos de trabalho a partir da medida abstrata, instituindo a equivalência ao deslocar as diferentes formas de trabalho pela medida genérica de tempo de trabalho abstrato. Ao mesmo tempo, a forma-mercadoria, ao obliterar o conteúdo social, efetiva o descolamento entre forma e conteúdo, com sentido de autonomização da forma como coisa. Contudo, a forma não subsiste sem seu conteúdo; fora dele, ela desvanece, torna-se forma vazia.

Não há forma sem conteúdo e, ao mesmo tempo, não há conteúdo sem forma, pontua Lefebvre (2001); a forma é sempre forma de um conteúdo, afirma Damiani (2008). Assim, a forma é momento da contradição; mas ela apenas existe como passagem ao conteúdo.

Dialogando com a teoria da forma-mercadoria de Marx, Lefebvre (1975; 1977; 1999; 2001) buscou constituir uma teoria crítica das formas. Segundo o autor, as formas, na sociedade das trocas, não possuem um caráter estritamente material. Ao mesmo tempo, elas não consistem em pensamentos, em abstrações mentais que recebem um conteúdo externo, mas sim em abstrações liberadas “[...] na e por meio da prática social (práxis)” (Lefebvre, 1977, p. 59)¹⁰. Assim, para Lefebvre (1977), as formas – forma-mercadoria, forma-trabalho, forma-jurídica, forma-Estado, forma-propriedade etc. – possuem uma existência real a partir e nas relações sociais; subsistem em um estado intermediário entre a abstração pura e a materialidade, como *abstrações reais*.

Em Lefebvre, a forma é o vir a ser concreto e, enquanto vir a ser, ela já não o é. De contornos mais ou menos definidos, mais ou menos indefinidos, a forma evoca o vazio. Seu conteúdo aparente é o sensível, o imediato, o tangível, e, por isso, é uma totalização, no sentido de que homogênea. Nela, não há detalhes, não se distinguem detalhes. A forma é forma geral; a forma é. Na forma, o trabalho humano não é identificável. Por isso, ela é apenas forma; também por isso, a forma não é, isto é, ao se separar de seu conteúdo ela desvanece. O conteúdo real, trabalho humano, estaria contido em seu interior? Como forma aparente e abstrata, a forma é vazia e mistificadora. Superfície fria, ela subsiste positivamente em si e em relação às outras formas autonomizadas. Separadas, se realizam. A forma é forma do fetiche. Isso posto, a forma, ainda que tangível, constitui-se enquanto manifestação pouco nítida do conteúdo social, contendo e dissimulando relações sociais reais. Com efeito, é possível caminhar na direção de um melhor entendimento do conteúdo atual da contradição

campo-cidade a partir do que as formas revelam e escondem. Chegamos, então, a algumas hipóteses:

I. O que são a cidade e o campo? Num nível ainda abstrato, são *formas* produzidas por uma prática social historicamente determinada; objetivações da forma valor; *abstrações reais* autonomizadas e liberadas na gênese da sociedade capitalista. Tais formas sociais, que se constituem na contradição entre o concreto e o abstrato, entre a física e a metafísica social, evocam a divisão social e territorial do trabalho e, enquanto manifestações da forma valor, se confundem fetichistamente com a agricultura e com a indústria/comércio/finanças. A cidade aparece, ainda, como a convergência, a aglomeração, a reunião, a acumulação, o urbano, a possibilidade (Lefebvre, 1999; 2001); já o campo, remete ao atraso, à letargia, à dispersão, à natureza, ao rural. Entretanto, ambas as formas, enquanto formas da contradição capital-trabalho, apenas existem em relação ao conteúdo social, trabalho humano abstrato, ainda que pareçam dele se autonomizar. Com efeito, se a forma permite constatar a existência do fenômeno, ao mesmo tempo, como representação de relações sociais reais, toma o lugar do representado, o que potencializa mistificações, coisificações, reificações e fetichismos (Lefebvre, 1975; 1977). A forma, âmbito do fenomênico, coloca-se como elemento sensível; sob sua aparência se esconde a *metafísica social* (Marx, 2013). Como pontou Lefebvre (1975), enquanto manifestação, a forma tende a revelar apenas uma dimensão do real: aquela do aparente, do perceptível, das representações. Assim, no capitalismo, as formas, autonomizando-se do processo social, tomam o lugar das próprias determinações, obscurecendo as contradições. Do mesmo modo, nas formas sociais campo e cidade estão ocultos os processos de objetivação do trabalho humano, isto é, os modos de efetivação do antagonismo capital-trabalho que, como conteúdo real, as determinam. Deste ponto de vista, tais formas autonomizadas

exercem papel importante de ocultação atrelado à reprodução crítica capitalista.

II. A cidade é a forma do urbano, nos diz Lefebvre (1999). Assim, ao nível fenomênico, a paisagem da cidade aparece como expressão do trabalho social, portanto, expressão de um modo de vida fundado na mercadoria e na divisão social do trabalho. Por sua vez, o campo seria, então, a forma do rural? Sim, mas apenas como romantismo. O modo de vida rural há muito foi dissolvido. O urbano se impôs, subordinou o mundo agrário mediante um movimento progressivo e reiterado de urbanização, transformou radicalmente seus conteúdos e relações trabalho. Aponta Lefebvre (1999, p. 18): “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”. Não obstante, sobre o campo pesa o contato com a Natureza, como se a natureza fosse, ela mesma, natural, daí o romantismo. Na Natureza o fetiche se redobra. Marx, n’O *Capital* (2013), observou que, no capitalismo, a Natureza não se apresenta numa forma estritamente natural, mas sob a condição de valor, portanto, trabalho abstrato. Assim, o urbano deve ser compreendido como a forma de sociabilidade prevalecte no processo do capital (Damiani, 2009), o qual se mundializa destruindo as particularidades locais, fragmentando, homogeneizando, hierarquizando. O urbano é abstração que se realiza através da prática social mediada pela forma mercadoria, prenhe de contradições e negatividade. Mais que um objeto pronto à reflexão, o fenômeno urbano é objeto virtual, conceito teórico liberado por um processo crítico: a explosão-implosão da cidade (Lefebvre, 1999). O fenômeno urbano é projeção das relações sociais capitalistas, relações abstratas. No eixo espaço-temporal, cidade e campo expressam, no limiar do século XXI, as contradições da forma de sociabilidade pelo valor, urbana.

III. Aqui, retomamos a necessária *teoria crítica e negativa da produção do espaço (abstrato)* de Lefebvre (2006), envolvendo e articulando os planos da física e da metafísica social: No interior do processo capitalista de produção, o trabalho, ao se objetivar na mercadoria, efetiva a produção do objeto como coisa existente fora do sujeito, exterior a ele, o que envolve, necessariamente, a cristalização do valor (MARX, 2013). Assim, em Lefebvre (2006), observa-se que a produção do espaço, como forma mercadoria, aparece como objetivação do trabalho humano, o que passa, necessariamente, pelo antagonismo entre capital-trabalho. Damiani (2008; 2009) aponta que a produção e realização do valor envolvem, necessariamente, a produção de um espaço abstrato, enquanto meio de extensificação e intensificação do processo negativo de realização da sociabilidade determinada pela forma mercadoria. Deste modo, a categoria de espaço emerge não como simples materialidade ou mesmo como idealidade, mas como *abstração real* (Lefebvre, 2006), portanto, forma da contradição concreto-abstrato. Não obstante, ao produzir, o trabalhador produz, ainda, seu estranhamento em relação à mercadoria, sua alienação (*Entäusserung*), isto é, nesse processo, o objeto torna-se “[...] uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, [de tal forma] que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (Marx, 2004, p. 81). Assim, a produção capitalista envolve, também, a exteriorização do trabalho, seu projetar-se em formas não exatamente materiais, mas, sobretudo, abstratas, que se defrontam com o trabalhador como forças autônomas. Mercadoria, dinheiro, Estado, propriedade privada, forças produtivas etc., ganham existência real aparentemente desvinculada do trabalho abstrato, projetando-se a partir dele, objetivando-se, autonomizando-se, mas, simultaneamente, voltam a aparecer frente ao trabalho como forças estranhas, exteriores e alheias, em uma relação negativa mediada pelo valor, movimento que Marx (2013) designou negativamente como *alienação*. A produção do espaço como abstração real baseia-se no movimento de autonomização das categorias e abstrações próprias à

sociabilidade capitalista, o que suscita contradições e conflitos. Enquanto forma da produção capitalista, ela envolve, ainda, a produção do trabalhador, a efetivação do trabalho enquanto conceito, ou seja, o processo através do qual o trabalho produz e se produz (Marx, 2004), i.e., trata-se da *reprodução das relações capitalistas de produção* (Lefebvre, 1973; 2006), ressaltando o espaço enquanto *mediação social* (Lefebvre, 2006; Damiani, 2008). Todavia, a reprodução das relações sociais capitalistas, atrelada à produção do trabalho, não se restringe ao âmbito da fábrica ou dos processos produtivos; ela avança, também, para outros momentos da vida social, pondo-os sob sua lógica, de modo que o processo de produção coloca-se, também, como reprodução (Damiani, 2008). Segundo Damiani (2008), a noção de *cotidiano*, como nível de análise da totalidade social, permite acessar o processo reprodutivo como complicador no exame da produção do espaço como abstração real, no campo e nas cidades. Para Lefebvre (2016), é na vida cotidiana, no âmbito das trocas, do consumo e da vivência, que se efetiva a metamorfose do capital. Em diálogo com Damiani (2008), chegamos, então, à seguinte formulação: no capitalismo, o espaço, socialmente produzido como abstração real, se insere na valorização do valor e reproduz, em seu processo de objetivação e autonomização, as categorias e abstrações próprias à forma mercadoria, consumindo, nesse movimento, a vivência humana cotidiana, mediante a reprodução das relações sociais de produção. A partir dessa perspectiva, é possível ascender à negação de toda e qualquer noção fetichizada e coisificada de espaço proveniente do percurso epistemológico da geografia, restabelecendo tal categoria no conjunto de suas determinações negativas, apontando na direção da noção de *espaço abstrato*, no campo da teoria social crítica (Damiani, 2008). Desse modo, como aponta Damiani (2008), a categoria de *espaço abstrato* e o conceito de *produção do espaço* não devem constituir concepções da análise positiva. A partir deles, é possível apreender negativamente os conteúdos do real enquanto manifestações da forma-valor; ultrapassar o

nível fenomênico e entender o espaço articulando forma e conteúdo (Damiani, 2008). Desse ponto de vista, o espaço torna-se elemento ativo e determinante do processo social moderno, espaço propriamente produtivo, abstrato, e não espaço vazio, recipiente, material. Partindo da *teoria das formas* e da *teoria crítica da produção do espaço*, pode-se aprofundar o debate sobre o conteúdo atual da contradição campo-cidade, a partir da crítica do espaço como abstração real e da crítica de seu fetichismo, envolvendo, ainda, a crítica das abstrações capitalistas e do processo de reprodução do capital.

IV. A noção de produção do espaço abstrato constitui potente categoria que permite compreender o real negativamente, como crise, e não como pura acumulação de valores de uso. A produção do espaço é crítica já que posta por uma forma de sociabilidade cujo pressuposto é a supressão do trabalho vivo e a redução da capacidade de acumular. Não obstante, o fetiche da mercadoria, enquanto materialidade e concretude, forma naturalizada do valor, impede de ver que tal acumulação é fictícia. O processo de reprodução capitalista é crítico na medida em que, na busca pela acumulação, a lógica irracional do capital efetiva a sua destruição: trata-se do processo de *reprodução crítico capitalista* (Alfredo, 2013). A *crise imanente* à forma social se manifesta pelo agravamento da tendência de supressão do trabalho vivo dos processos produtivos, em função do avanço das forças produtivas sociais (mecanização, automação, microeletrônica etc.). Nos termos de Kurz (2004): aprofundamento da *crise da sociedade do trabalho* pela eliminação do trabalho produtivo e, com isso, pela supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital. A crise do trabalho expressa a crise imanente do capital (Kurz, 2004). A crise imanente capitalista se radica, portanto, na incapacidade do capital de valorizar o valor, isto é, em sua tendência lógica de expulsar trabalho vivo dos processos produtivos. Como apontou Marx (2017), o modo capitalista de produção implica numa tendência ao

desenvolvimento de suas forças produtivas, com prescindibilidade do valor, base sobre a qual se sustenta o próprio processo de acumulação. A acumulação em direção ao valor de uso contribuiria, segundo Marx, para a baixa da taxa de lucro à medida que se reduzisse relativamente a produção de mais-trabalho no interior dos processos produtivos. A reprodução capitalista revelar-se-ia crítica pois carregaria em si sua crise, ou seja, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas sociais produzisse uma taxa de mais-valia que se expressasse numa taxa geral de lucro em queda contínua, o que aparece como *queda tendencial da taxa de lucro* (Marx, 2017). “A forma de manter a valorização do capital existente, através do incremento de suas forças produtivas, implica na retração de sua capacidade de valorizar”, observa Alfredo (2013, p. 42). E completa: “É só nessa simultaneidade entre momentos contradizentes [*sic*] que se torna possível o próprio capital se realizar em seu sentido amplo” (Alfredo, 2013, p. 42). Portanto, a expansão material do capital, como desenvolvimento das forças produtivas sociais, produção do espaço urbano ou rural, só se realiza com a redução simultânea da produção do valor (Alfredo, 2016). Para Lefebvre (2006), no pós-guerra, a sobrevivência do modo de produção teria passado pela ampliação dos investimentos financeiros excedentes no espaço. Segundo o autor, “[...] no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é utilizado para a produção de mais-valia” (Lefebvre, 2006, p. 470). Fazendo um desvio a partir dessa formulação, pode-se dizer que, no modo de produção capitalista modernizado, o espaço inteiro entra: ele é menos utilizado para a produção de mais-valia mediante a exploração do trabalho vivo e mais utilizado para a reprodução tautológica do dinheiro dessubstancializado, através de formas financeiras abstratas, como crédito, títulos, ações etc. Nesse contexto, dialogamos com o conceito de *urbanização crítica* de Damiani (2009), entendido como momento determinado da produção do espaço urbano, posto pelo movimento crítico de reprodução do capital.

V. Campo e cidade possuem uma materialidade, aparentemente descolada de seu conteúdo. A materialidade aparece nas obras, formas construídas, estruturas, vias, objetos, superobjetos. Todavia, a forma do espaço é mercadoria, corpo do valor, força produtiva, produto do trabalho abstrato. Campo e cidade aparecem, aqui, como instrumentos para a criação de mais-valia, mas, também, mercadorias exigindo sua metamorfose do material em abstrato (Damiani, 2009). Nos *Grundrisse* (2011), Marx observou que, no capitalismo, quanto mais intensa a produção de mercadorias e excedentes monetários, tanto mais as forças produtivas sociais e as condições gerais de produção, incluindo a divisão social do trabalho, precisam se desenvolver para assegurar a valorização do valor. Na fase crítica do capital – forma financeira-fictícia que despontou no crepúsculo do século XX, na qual o capital, em seu conceito, passou a se determinar enquanto capital circulante, atrelado a processos de financeirização e ficcionalização (Damiani, 2005; Kurz, 2004) – os setores atrelados à produção e à circulação do capital, incluindo os elementos materiais envolvidos na produção do espaço – edifícios, pontes, estradas, ferrovias, maquinários, insumos agrícolas, eletrificação etc., i.e., forças produtivas –, atuam, também, como consumidores de excedentes financeiros, buscando reduzir seu tempo de rotação e valorizá-los. Segundo Damiani (2009), esses elementos materiais se realizam, enquanto determinação formal do capital, como capitais fixos e circulantes, cuja realização do valor neles contidos requer, atualmente, formas financeiras abstratas, envolvendo títulos, dividendos, consórcios, ações, letras de câmbio, rendimentos, juros etc. Em síntese, a produção do espaço no campo e nas cidades passou a envolver uma economia mundializada, financeira e fictícia (Damiani, 2009; Kurz, 2004). Fazendo um desvio a partir de Damiani (2009), pode-se dizer que, atualmente, não apenas a cidade, mas também o campo, passam a constituir espaços privilegiados da reprodução crítica capitalista, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro, incluindo o capital em sua forma fictícia,

numa tendência crescente de reprodução volátil do capital, onde este move-se a si mesmo sem substância de valor real produzido. No limiar do século XXI, as determinações da *crise imanente* impulsionam a espacialização do capital enquanto *abstração real*, o que se apresenta como produção do espaço agrário e urbano, incluindo o desenvolvimento desigual. Não obstante, a remuneração do capital mobilizado na produção do espaço depende da produção social de uma massa de mais-valor que se transubstancialize em lucro. A contradição reside portanto no fato de que, movida pela queda da taxa de lucro nos setores produtivos, a produção do espaço, ainda que, aparentemente, possa contrabalançar a lei imanente do colapso – trata-se do ajuste espacial de Harvey (2005) –, a longo prazo, justamente por ampliar a composição orgânica social do capital, expulsando o trabalho vivo dos setores produtivos e incorporando-o nos setores improdutivos do ponto de vista da produção de valor (setor terciário, p, ex.), não permite bloquear a tendência crítica imanente à forma social capitalista; de modo contrário, a reforça. Deste modo, campo e cidade, autonomizadas pela cisão trabalho/propriedade, tornam-se, hoje, “[...] espaços dos negócios, que negam o homem: espaços de desumanização e sujeição social e individual” (Damiani, 2009, p. 311). Nesses termos, o processo do capital se mundializa fragmentando, hierarquizando e homogeneizando, constituindo processos de exploração, expropriação e proletarização (Damiani, 2009), traduzidos na *crise do trabalho*.

VI. No âmbito da ciência do espaço, as leituras sobre as relações campo-cidade consideram, estritamente, a produção e circulação de mercadorias, dinheiro, serviços, informações etc. entre as formas materiais. No plano do fenomênico, das formas e das representações, os objetos e coisas aparecem deslocados da metafísica social. A forma-mercadoria medeia a relação campo-cidade. Forma fetichista, a mercadoria institui a relação agrário-urbano como relação entre coisas, obnubilando seu conteúdo social. Por

isso, na superfície fenomênica, a cisão campo-cidade não se revela enquanto relação contraditória, fundada na reprodução do valor, mas toma a aparência da separação externa e positiva das formas materiais, agasalhando em seu interior sua relação negativa (El-Khatib, 2018). A análise crítica da relação campo-cidade requer considerarmos a produção e circulação de coisas entre as formas sociais autonomizadas apenas na condição de deslocarmos a análise positiva das coisas pela análise crítica da produção das coisas, envolvendo e ampliando os problemas advindos da produção e movimento das coisas mediante a dialética da forma-conteúdo (Damiani, 2009). Desse ponto de vista, o exame da relação campo-cidade passa pela crítica do fetiche da forma-mercadoria em direção à crítica da forma-valor, envolvendo a análise da produção, circulação, realização e distribuição da mais-valia socialmente produzida, conteúdo real da mercadoria. Assim, no âmbito das relações de troca entre campo e cidade, buscando superar a noção de trocas materiais predominante na economia política do espaço, é mister considerar: a mediação da forma-mercadoria e seu fetichismo; a crítica do processo de trabalho e de valorização; a divisão social e territorial do trabalho; o desenvolvimento desigual das forças produtivas sociais e a composição orgânica do capital; as determinações do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário; a circulação do mais-valor e as transferências de capitais; as distintas formas que adota o capital no processo de reprodução; as relações de troca e as trocas desiguais; o movimento de reprodução crítico capitalista, financeiro-fictício, como totalidade.

VII. Ainda no século XIX, ao analisar a *Tableau Économique* de Quesnay, Marx (1980) demonstrou como o processo de circulação do capital social total atrelava, negativamente, campo e cidade no movimento de circulação de mercadorias e dinheiro entre arrendatários, proprietários de terras e setor manufatureiro. Segundo Marx, no quadro de Quesnay, cada produção individual tomava curso na reiteração do processo de produção

capitalista, de modo que a totalidade dos movimentos das frações autonomizadas aparecia como reprodução do capital total. A partir do quadro, Marx buscou descrever o processo de produção do capital como *processo de reprodução*, i.e., movimento *D-M-D'*, no qual a circulação, incluindo as trocas entre campo e cidade, não seria mais que forma ou manifestação superficial do processo reprodutivo. Por fim, apontou que a análise crítica do processo de reprodução do capital deveria incluir a crítica do processo de trabalho e de valorização, cujo resultado é a mercadoria e cujo fundamento é a produção de mais-valia, mas abrangendo, também, a crítica do processo de circulação, com as mutações de forma do capital materialmente consideradas como trocas. N' *O Capital*, Marx apontou: a cisão campo-cidade se distingue como “[...] base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias” (Marx, 2013, p. 426). Nesse sentido, a autonomização das formas possibilita a existência do capital como relação social que tem por base a exploração do trabalho e a troca de mercadorias. Fragmentadas, autonomizadas, campo e cidade estão subsumidas no processo de reprodução pelo valor, unidas pelo movimento de valorização do capital. Com efeito, a análise de suas relações e trocas, consideradas como manifestações formais da circulação do valor, deve estar fundada na crítica do processo de *reprodução crítico capitalista*, aquilo que se põe como unidade dos movimentos autonomizados. Desse modo, campo e cidade não são mera expressão fenomênica do processo de reprodução ampliada capitalista, mas sim formas do antagonismo capital-trabalho, viabilizando a reprodução crítica da sociabilidade fundada na produção e troca de mercadorias.

VIII. A partir da distinção entre tempo de produção e tempo de circulação é possível observar o capital como contradição em processo (Marx, 2011), isto é, seu movimento de valorização é, essencialmente, um movimento de contradições. Mediante a circulação, o valor se metamorfoseia e se realiza

atrelando, negativamente, o movimento de suas frações autonomizadas. Na circulação, o capital se encontra ora sob a forma de capital-mercadoria, ora sob a forma de capital-monetário, portanto, durante esse tempo, “[...] o capital não atua como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria e nem mais-valor” (Marx, 2014, p. 204). Enquanto está na circulação, fixado na figura do valor de uso, o capital é *capital negado*, capital em *desvalorização*, pois não está empenhado diretamente na exploração do trabalho (Marx, 2011). Marx (2014) apontou que o tempo de circulação age como um limite negativo sobre o tempo de produção, de modo que, se a circulação tende a tempo zero, o capital pode voltar a atuar com mais rapidez nos processos produtivos. Tal contradição implicaria no desenvolvimento das forças produtivas sociais, incluindo a produção do espaço (estradas, ferrovias, redes de energia, infraestruturas, cabos de comunicação, plantas industriais, maquinário etc.), e no avanço da divisão social do trabalho, expandindo redes de troca e circulação, reduzindo seu tempo de rotação (tempo de produção + tempo de curso), mas, ampliando a massa de capitais retidos na forma fixa e, ainda, os custos incluídos na circulação (Marx, 2014; Harvey, 2005). Marx apontou, também, que em função da aceleração do tempo de seu rotação, parte das mercadorias e capitais liberados ao longo dos ciclos rotativos do capital pode permanecer “suspensa”, “ociosa” ou “ficar inativa”, pois não pode voltar a participar imediatamente dos processos produtivos, constituindo excedentes de capitais: capitais sobreacumulados, em *desvalorização* (Marx, 2014; 2011). Assim, se o avanço das forças produtivas sociais permite reduzir o tempo de rotação do capital, nesse movimento, o velho capital “[...] se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas” (Marx, 2013, p. 704). Já foi indicado, páginas atrás, que, quanto mais intensa a geração de excedentes no interior do modo de produção, tanto mais as forças produtivas sociais e as condições gerais de produção, incluindo a

divisão social do trabalho, a produção do espaço e o cotidiano, precisam se modernizar para absorvê-los e assegurar o transcurso da valorização do valor. Assim, os setores atrelados à produção, circulação e consumo do capital, no campo e nas cidades, passam a atuar, também, como consumidores de excedentes financeiros. Tal contradição determina, hoje, mutações nos espaços agrário e urbano, mas de maneira desigual (Damiani, 2008). A expansão extensiva e intensiva do capital, mediante a produção do espaço como abstração real, supõe, atualmente, inversões financeiras atreladas a estratégias para absorver o excesso de capital. Produz-se, assim, um espaço fragmentado, hierarquizado, homogeneizado, apoiado em fluxos, redes, relações comerciais, trocas entre campo e cidade, induzidas e ampliadas pelo movimento mesmo de circulação do capital excedentário, em crise. A esse respeito, observa-se em Sposito (2010b, p. 55):

À medida que se ampliam os vínculos da produção agropecuária, com técnicas e serviços de nível elevado sediados na cidade, como já advertia Pierre George, alteram-se as relações entre a cidade e o campo. O que ocorre, no período atual, é que as atividades comerciais e de serviços mais sofisticados, que estão hoje nas cidades localizadas em parcelas do território em que a modernização da agricultura alterou, representam interesses econômicos, comerciais e de produção industrial, os quais se estabelecem na escala internacional, como podemos observar pela força das empresas ligadas ao agronegócio.

Em Sposito, as transformações do espaço são vistas sob a carapaça da reprodução ampliada do capital, que induz novos vínculos entre campo e cidade. Assim, ao que pese o nexos entre a reprodução capitalista e a produção do espaço, esta relação não está posta pelo processo crise da valorização do valor. De forma distinta, entendemos que os novos vínculos campo-cidade, i.e., a ampliação das relações e trocas entre tais espaços, pode expressar essa dimensão crítica do capital, na qual o avanço das forças produtivas sociais e o aprofundamento da divisão do trabalho não apenas permitem acelerar a circulação do capital sobrecumulado, reduzindo seu tempo de rotação, mas, simultaneamente, intensificam a

produção de uma pletora de mercadorias e, sobretudo, capitais, sem substância de valor, que devem, necessariamente, circular com rapidez. Nessa condição, a ampliação da circulação capitalista, que marca o princípio do século XXI, pode ser entendida não como manifestação da reprodução ampliada do capital, de sua acumulação, mas, sim, atrelada à sua reprodução crítica, posta na contradição entre valorização e crise imanente, o que aparece como acumulação dada a forma fetichista da mercadoria

IX. A eliminação das contradições existentes no movimento de circulação do capital produz a ilusão de que a imagem abstrata dos esquemas de circulação de mercadorias e capitais entre campo e cidade, incluindo as teorias sobre redes urbanas e relações cidade-campo, refletem as contradições do real. Nesse modo de entender, as *contradições do espaço* (Lefebvre, 2006) são abstraídas, e, ao mesmo tempo, cada forma estabelece, com a outra, trocas materiais proporcionais, isto é, dada a forma fetichista da mercadoria, as trocas são entendidas como intercâmbio estrito de objetos e coisas sem substância de valor, de modo que a circulação da forma-valor é subsumida, fetichistamente, à massa material de valores de uso trocados indistintamente. Marx (2014), no livro II d'O *Capital*, ao analisar o circuito do capital social total, pressupôs a existência de trocas simples, proporcionais, entre os Departamentos I (produtor de meios de produção) e II (produtor de bens de consumo) da economia capitalista na condição de um estrito controle de suas composições orgânicas e de suas taxas de acumulação, apenas para, de forma antitética, indicar que a desproporção seria imanente às suas trocas. Desse modo, o equilíbrio das trocas entre os departamentos seria apenas aparente e contingencial, ou seja, ao analisar o equilíbrio, Marx não apenas demonstrou sua impossibilidade, mas, sobretudo, apontou a desproporção como imanente ao processo de acumulação que os envolve. Assim, a proporcionalidade que aparece na troca simples seria apenas forma aparente da reprodução

crítica capitalista. No capitalismo, a troca simples e proporcional entre ramos, departamentos, produções individuais etc., é momento constantemente negado na medida em que, movida pela concorrência, se eleva a produtividade social do trabalho, mediante o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Nesse contexto, o ciclo do capital, que entrelaça o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, as redes urbanas, e que passa pela produção do espaço enquanto abstração real, torna-se tanto o contínuo pôr, quanto a contínua superação da troca proporcional. Se o modo de produção se move conduzido pela lei da concorrência, ele se move mediante a desproporção entre as produções individuais. Com efeito, a régua social que determina a quem é permitido acumular é a média social que, como observa Giannotti (2000), se põe *a posteriori* em relação às produções individuais: o *tempo social médio do trabalho*. Na troca, a equivalência pressuposta entre os distintos valores das mercadorias - produzidas por capitais com distintos níveis de produtividade do trabalho - revela seu caráter ilusório, determinando a distribuição desigual das frações da riqueza social produzida, em função da magnitude dos capitais envolvidos na permuta (Giannotti, 2000). Nesse contexto, a circulação do capital, como totalidade das trocas, aparece, contraditoriamente, diferenciando-se em capitais que acumulam e capitais em crise de acumulação, postos sob a média do tempo social de trabalho necessário. A reprodução crítica capitalista seria, mais uma vez, acumulação e crise, pois o acumular para alguns se faria, simultaneamente, em detrimento da eliminação de tantos outros.

X. Se, como observou Marx, sob o capitalismo, a mais-valia socialmente produzida se distribui segundo a diferença de produtividade do trabalho entre os ramos e produções individuais, isto é, segundo a magnitude dos capitais em funcionamento, o que se relaciona com a composição orgânica do capital (Marx, 2013), a diferença de produtividade do trabalho historicamente posta entre campo e cidade, entre agricultura e indústria,

geraria intercâmbio desigual ou transferência de valor entre as formas sociais absolutamente desproporcionais. Assim, no interior do mercado mundial, mediante a circulação de mercadorias e capitais, ocorreria a extração do excedente que constitui o lucro e a renda da terra do campo, o que, por sua vez, contribuiria para acelerar o processo de acumulação urbano-industrial. Assim, *trocas desiguais* (Mandel, 1982; Alfredo, 2013) caracterizariam historicamente as relações entre campo e cidade, e podem ser entendidas como um fenômeno de transferência de valor produzido dentro do ciclo de circulação do capital, em função do desenvolvimento desigual das forças produtivas entre as formas sociais. Moreira (2014) aponta que a transferência de renda pelo campo e a liberação de mão-de-obra do agrário, pressionando os salários do urbano para baixo, foram fundamentais no processo de acumulação urbano-industrial dos países centrais. Importa saber, deste modo, como se constituiu esse processo em realidades periféricas e, conseqüentemente, se, no início do século XXI, quando o campo se torna plenamente capitalista, ou seja, em que avança o desenvolvimento de suas forças produtivas, em que “as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são nivelados à da cidade” (Marx, 2013, p. 575), o fenômeno da troca desigual desapareceria.

XI. O movimento de expansão econômico europeu, mercantil, entre os séculos XV e XVII, atrelado à fase de acumulação primitiva capitalista, projetou e reproduziu, no plano mundial, a divisão social do trabalho entre campo e cidade, entre agricultura e manufatura. A esse respeito, Moreira observa que a formação social brasileira se define “[...] historicamente como uma forma particular de realização do capitalismo em seu processo de mundialização” (Moreira, 2014, p. 143), e, de forma semelhante, a relação cidade-campo aparece, na periferia, como “[...] a expressão da divisão internacional e da divisão interna do trabalho” (Moreira, 2014, p. 143). Estamos aqui, portanto, frente à problemática que

remete à forma específica da contradição campo-cidade em realidades periféricas. Nestas realidades, as *trocas desiguais* – inicialmente, entre metrópoles e colônias, e, depois, entre centro e periferia – e os movimentos internacionais de capitais, determinantes na sua formação, aprofundaram os sentidos da transferência externa de valor (lucro, renda da terra, juros etc.), mais do que processos internos de acumulação, o que resultou numa forma específica de cisão campo-cidade (Alfredo, 2013). Assim, a cisão agrário-urbano, na periferia, desde sua origem, põe os dois termos da relação unidos pela necessidade de uma acumulação que é mundial, sob a simultaneidade do tempo do trabalho urbano-industrial dos países centrais, portanto, expropriativa e impeditiva do processo endógeno de acumulação. Na medida em que a periferia se insere num processo mundial de valorização do capital, comandada desde o centro, os esquemas locais, regionais ou internos de transferência de valor, particularmente entre campo e cidade, passam a deter pouca efetividade no sentido de constituir um processo de acumulação endógeno que atrele, negativamente, agricultura e indústria sob a égide do setor urbano-industrial nacional. Segundo Alfredo (2013), tal *incapacidade de acumulação* contribuiria para retardar o avanço da divisão social do trabalho na periferia, com consequências sobre a cisão campo e cidade e sobre a formação do mercado interno de trocas e de trabalho. Ao mesmo tempo, nas regiões periféricas, campo e cidade estabeleceriam um movimento de contradição determinada pelas posições do agrário no processo de valorização (Alfredo, 2013). Isto posto, nessas regiões, a formação do mercado interno, no interior do qual se distingue a cisão campo-cidade, se diferenciaria do modelo clássico europeu analisado por Marx, na medida em que seria produto de um processo de acumulação que é mundial (Alfredo, 2013). Ressaltamos, portanto, a necessidade de se reconsiderar o fundamento da cisão campo-cidade em realidades periféricas, onde as relações sociais de produção e a relação agrário-

urbano, que estabelecem a valorização do valor, resultam de processos expropriativos e críticos, e não da reprodução ampliada do capital.

XII. A segunda metade do século XX caracteriza-se pela exacerbação da forma monetária do capital (Alfredo, 2017), aprofundando o processo de dessubstancialização do dinheiro (Kurz, 2004), vindo à existência o capital em sua forma fictícia. Ampliou-se, assim, a massa de capitais excedentes investidos na produção do espaço, no campo e nas cidades (Lefebvre, 2006; Harvey, 2005). Para tanto, foram essenciais a autonomização e mundialização do capital financeiro-fictício, expandindo a circulação do capital portador de juros, e a mediação de sua crise pelo Estado Monopolista (através de políticas públicas e da manutenção das condições gerais de produção) (Mandel, 1982; Kurz, 2004). A *mundialização crítica do capital* – isto é, posta pelos desdobramentos críticos da acumulação no interior da economia norte-americana, que se desdobra em uma crise de superprodução no pós-guerra (Mandel, 1982) – implicaria na incorporação do campo como fronteira interna e na sua industrialização, ressaltando-se, nesse contexto, a importância da produção do espaço do agrário enquanto abstração real e de sua renda da terra como condições para a valorização de capitais excedentes. Em escala mundial, a expansão dos sistemas de financiamento agrícolas, o aumento da produção e da produtividade dos solos, a mecanização dos cultivos, a extensão das monoculturas e da agroindústria, a crise do trabalho, entre outros processos, constituem manifestações, enquanto abstrações reais, da crise imanente do capital em sua relação com o agrário. Constitui-se uma divisão social e territorial do trabalho na qual o campo passará a se inserir, por um lado, como produtor de bens de consumo e de matérias-primas para a indústria e, por outro, como consumidor da capacidade produtiva e financeira urbano-industrial, estruturando as bases do que se compreende hoje por *complexos agroindustriais*, do que se depreende que, do ponto de vista da rotação do capital social, o campo passou a conformar um

departamento da economia capitalista (Santos, 2019). Segundo Alfredo (2008), a agroindústria pode ser compreendida “como resultado desta dimensão mundial da reprodução crítica do capital” (Alfredo, 2008, p. 72) que marca o pós-guerra pela exacerbação do capital financeiro. A antinomia posta entre expansão e autonomização da forma financeira/fictícia do capital e aprofundamento de sua crise imanente se encontraria, portanto, na base da agroindustrialização do campo em países centrais e periféricos (Alfredo, 2008). O que se tem, a partir de então, não é apenas a exportação de capitais produtivos da Grande Indústria para o campo, constituindo trocas desiguais, mas a expansão da própria forma da indústria no campo como abstração real, passagem da agricultura para a *agroindústria* mediada pelo capital financeiro. O novo momento, que emerge com a agroindustrialização, indica que a renda da terra do campo passa a compor os pressupostos da reprodução mundial do capital pelas determinações do capital financeiro/fictício, o que implica na *incorporação da renda da terra pelo capital financeiro-monopolista* (Alfredo, 2008). Tal processo, segundo Alfredo (2008; 2013), se manifestaria em função da insuficiência da mais-valia e do lucro para a reprodução de seu próprio conceito nos processos urbano-industriais. Está-se, aqui, frente ao problema da renda da terra e sua relação com a mundialização crítica do capital, na forma financeiro/fictícia, posta pela crise imanente da forma valor. A reprodução capitalista na segunda metade do século XX envolveria, portanto, a produção do espaço do campo como abstração real, inaugurando-se um momento no qual o capital financeiro, excedente e em crise, passou a fluir para o campo através de investimentos executados por capitais privados, Estados, fundos de investimentos etc.

XIII. No limiar do século XXI, a produção do espaço do campo não se efetiva sem novas contradições e conflitos. Ela vai além da objetivação do trabalho em ambientes construídos e da reprodução tautológica do dinheiro, e envolve, também: o movimento das categorias e abstrações

capitalistas; a reprodução crítica do capital, i.e., a crise imanente à forma social; o avanço do capital excedentário na forma financeiro-fictícia; desenvolvimento das forças produtivas sociais e a exploração mais intensiva do trabalho vivo; a crise do trabalho e das relações sociais de produção, dilatando o exército de reserva; a ampliação da apropriação privada da terra, das expropriações e dos conflitos, no bojo da expansão do mercado de terras e dos negócios imobiliários; a precificação do solo mediante movimentos de capitais (financeiros, fictícios)¹¹; o Estado, sua presença como abstração real, e a mediação da forma jurídico-burguesa, garantindo as condições gerais de produção e reprodução; o cotidiano e o urbano, intimamente ligados; a pobreza, a miséria, as violências; as classes sociais, incluindo as relações de poder, a política e as ideologias; a Ciência e a ciência do espaço enquanto tecnocracias; a devastação ambiental e o fetiche da Natureza; a proletarização, a periferização e as segregações e racismos etc. Tais fenômenos, determinados pela reprodução crítica capitalista em sua forma financeira-fictícia (Marx, 2017; Mandel, 1982; Kurz, 2004), apontam ainda, no sentido de transformações profundas nas relações sociais de produção e trabalho do campo e para impactos sobre a *mobilidade do trabalho* (Gaudemar, 1977). Disto deriva a importância de serem consideradas as determinações críticas das formas de realização do capital no campo, com especial atenção para as novas formas pelas quais trabalhadores assalariados e pequenos proprietários de terra têm sido impactados por esses processos, temáticas sobre as quais temos nos debruçado em nossas pesquisas nos municípios da região de Araraquara, no estado de São Paulo. Importante salientar ainda essa dimensão atual do urbano nas cidades das regiões do agronegócio, considerando a atual divisão internacional do trabalho e a crise da reprodução social capitalista, i.e., a produção do espaço urbano em pequenas e médias cidades mediante a atuação do capital financeiro-fictício, incluindo o movimento de suas abstrações (Estado, capital, trabalho, propriedade privada etc.), com consequências como a expansão dos setores fundiário e imobiliário. Por

fim, do ponto de vista das relações campo-cidade, à medida em que se aprofundam os vínculos e fluxos do campo com os mercados internacionais (Pitta, 2016), no bojo da reprodução crítica do capital, financeiro-fictícia, esgarçam-se as relações estabelecidas nas escalas locais e regionais. A esse respeito, no período atual, a atuação dos grandes monopólios da agricultura passou a atrelar o agrário a redes globais de circulação de capitais financeiros, com mercadorias negociadas e securitizadas em bolsas de valores¹². A prevalência do capital financeiro-fictício no curso da valorização do valor reafirma o papel do campo como consumidor de capitais excedentes, com abstração de sua produção física, levando à consequências como: aumento das áreas ocupadas por monoculturas temporárias (milho, cana-de-açúcar, soja) e pela pecuária e redução das áreas cultivadas com culturas permanentes (laranja, café) e alimentares (arroz, feijão); expansão da especulação com a terra, ampliando seu preço, avolumando o mercado de terras, expandindo conflitos; proliferação dos loteamentos voltados a bairros e chácaras, através do parcelamento do solo no entorno das pequenas e médias cidades do campo; expulsão dos pequenos agricultores dos processos produtivos do campo, mediante pressão das grandes cadeias agroindustriais e varejistas; ampliação do arrendamento rural, impactando principalmente pequenas propriedades; agravamento da crise do trabalho, expandindo sua mobilidade através de novas formas precarizadas de contratação de trabalhadores, proliferando-se, ainda, denúncias sobre trabalhadores em condições análogas à escravidão; aumento do endividamento dos grandes monopólios agroindustriais, constituindo dívidas impagáveis (Pitta, 2016); maior recorrência das crises da agricultura.

XIV. Campo e cidade constituem elementos de uma cisão negativa, dialética, na qual, para além de conformarem mera relação de oposição formal, externa, situam-se sob a relação de contradição interna, onde cada

termo não contém em si mesmo sua verdade, mas, antes, a negação imediata do outro. Ao se produzir a cidade, enquanto abstração real, produz-se também o seu negativo, não menos abstrato, o campo, e vice-versa. Disso devem não apenas a cidade e o campo, como par dialético, mas a própria contradição campo-cidade. Isso posto, a cisão imposta pelo aprofundamento da divisão social do trabalho não pode ser aparentemente abolida através do que se convencionou chamar de *rurbano* (ou *rururbano*), *continuum rural-urbano* ou ainda através da apreensão apriorística da perspectiva crítica lefebvriana de *urbanização da sociedade*, isto é, não se pode buscar mera identidade entre as formas, escamoteando o conteúdo da contradição. No limite, tais teses sobre a reunião entre cidade e campo apenas nos isentariam de pensar sobre os sentidos que tal contradição possui para a reposição crítica da forma valor (Alfredo, 2008). A dialética dos contrários não emerge de um terceiro termo que os dissolva; ela existe na negação e contradição entre os polos, e subsiste em seu fundamento destrutivo. Os momentos da contradição se determinam num movimento de contraposição, negando-se, destruindo-se, ou, como afirma Adorno (2009, p. 139): “O negado é negativo até desaparecer. [...] Aplainar uma vez mais por meio da identidade a contradição, expressão do não-idêntico, significa o mesmo que ignorar o que essa contradição diz, retornar a um pensamento puramente dedutivo”. Se, a partir da urbanização da sociedade mundial, campo e cidade se misturam confusamente, isso não significa a superação de sua contradição. A supressão da cisão pressuporia, tão somente, a supressão do mundo das mercadorias, das trocas e do trabalho abstrato, a supressão da sociabilidade capitalista, de modo que não podemos enxergar na ideia de *rurbano* ou de *urbano* a supressão da contradição campo-cidade – trata-se apenas da superação de uma forma da contradição por outra, sem alterar o caráter contraditório do fundamento. Assim, sob o modo capitalista de produção, as formas sociais campo e cidade se põem numa relação de mútua determinação negativa. As transformações observadas na relação

são postas pelo aprofundamento das contradições da reprodução social capitalista.

4. Considerações finais

No movimento deste texto, fundado na *teoria crítica do valor* e na *dialética negativa*, tocamos em alguns pontos cruciais que julgamos necessários de serem discutidos para a compreensão do conteúdo atual da contradição campo-cidade. Passamos pela crítica das formas autonomizadas, campo e cidade, para reencontrá-las sujeitadas ao processo de reprodução crítico pelo valor, unidade das contradições. Considerando os aspectos teóricos levantados, algumas questões seriam essenciais para a continuidade do debate: quais os impactos das transformações nas formas de reprodução do capital sobre a contradição campo-cidade? Quais determinações traz o capital em sua fase monopolista-financeira e em sua forma fictícia? É possível pensar o Estado e as contradições de classe a partir da contradição campo-cidade? Como pensar a contradição campo-cidade no contexto da contradição centro-periferia? Se, como propôs Marx, com o desenvolvimento das forças produtivas sociais reduz-se a produção de mais-valor e renda da terra nos processos produtivos capitalistas, nesse contexto, com a industrialização da agricultura, com o surgimento da agroindústria e a formação dos chamados complexos agroindustriais, desapareceriam a renda diferencial e a renda absoluta da terra? Por sua vez, a agroindustrialização do campo estaria hoje a suprimir a contradição entre campo e cidade? A extensão do tecido urbano e do urbano poderia sobredeterminar ou mesmo superar essa velha contradição, tal como parece propor Lefebvre?

Este texto não se encerra em si, pois se propõe como processo contínuo de crítica. Por isso, concluímos com algumas questões. Compreendemos a incompletude enquanto momento necessário do pensar sobre o mundo, de modo que, nessas considerações finais, não

almejamos nenhum sentido de acabamento. O pensar em seu fundamento negativo põe as hipóteses aqui levantadas apenas como verdades parciais e provisórias.

Notas:

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: anderson.pereira.santos@usp.br
2. Portadora de uma visão pretensamente neutra e objetiva, a geografia tradicional buscou produzir diagnósticos variados sobre a realidade mundial. No Brasil, contribuiu, mesmo que indiretamente, para o processo de modernização interno, justamente por levantar um conjunto amplo de dados e informações sobre o território nacional, que norteou, ao longo dos anos de 1930 a 1970, políticas estatais de modernização para as cidades e, principalmente, para o campo, considerado, naquele momento, como atrasado frente à modernidade urbano-industrial que se estabelecia (Carlos; Lencioni, 1984).
3. A esse respeito, ver os números da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Paulista de Geografia* publicados ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950.
4. A partir do final dos anos de 1950, muitos geógrafos brasileiros, ainda influenciados pela tradição francesa, desenvolveram estudos sobre a distribuição das atividades econômicas no espaço regional, o abastecimento das cidades pelo campo, as questões suburbanas e periurbanas, as migrações campo-cidade, os fluxos materiais no interior do quadro regional, entre outros. Os trabalhos de Pasquale Petrone, sobre a transformação do cinturão caipira nos arredores de São Paulo, de Manuel Seabra, sobre as relações entre a metrópole paulistana e seus subúrbios, e de Juergen Langenbuch, sobre a metropolização de São Paulo, são exemplos dessas novas leituras que focalizam campo e cidade do ponto de vista de suas diferenças e relações. Não obstante, ainda predomina nesses trabalhos a ideia tradicional de que campo e cidade se diferenciavam por suas paisagens e modos de vida.
5. Essa concepção embasa a tese sobre a produção e reprodução das relações de trabalho ditas não-capitalistas de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001). Assim, o autor afirma que o capitalismo, na sua expansão sobre o campo brasileiro, atuaria não só redefinindo antigas relações de trabalho, desenvolvendo as relações de assalariamento tipicamente capitalistas, mas, também, engendraria relações não-especificamente capitalistas, como o campesinato. Nessas sociabilidades camponesas, mesmo não atuando sobre o processo de produção, o capital monopolista teria desenvolvido “liames” para sujeitá-las com o objetivo de se apropriar de sua renda da terra, transformando-a em capital. Assim, em sua expansão no campo, o capital produziria e reproduziria relações sociais de trabalho não-especificamente capitalistas como condição para sua sobrevivência e acumulação contínuas, para se apropriar do mais-valor ali produzido. Nessa perspectiva, o capitalismo se poria infinitamente, pois a acumulação primitiva de capital seria reposta constantemente mediante a reprodução das relações não-capitalistas, injetando

continuamente mais-valor a partir da produção das formas camponesas de sociabilidade. Para críticas a essa perspectiva, ver Alfredo (2008) e Santos (2019).

6. A respeito dessas perspectivas, ver a coletânea de estudos e pesquisas *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*, organizada por Maria E. B. Sposito e Arthur M. Whitacker (2010). Ver também o livro *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*, organizado por Marcos A. Saquet, Júlio C. Suzuki e Glaucio J. Marafon (2011).

7. Também nos *Grundrisse* (Marx, 2011), nos escritos referentes às *Formas que precederam a produção capitalista*, Marx apontou o modo abrupto e violento por meio do qual se constituiu a forma social capitalista, a partir do rompimento das relações sociais que sustentavam a formação social feudal.

8. N’O *Capital*, Marx parece indicar um processo de generalização da forma moderna do trabalho, com a destruição das relações de trabalho denominadas não capitalistas, caracterizadas pelo acesso dos trabalhadores aos meios de produção. Tal perspectiva encontraria sua crítica em realidades periféricas, como o campo brasileiro, onde o processo de desenvolvimento capitalista não significou a destruição das formas ditas não-capitalistas, mas até mesmo a sua recriação (Martins, 2010). Importa reconhecer, contudo, que, no interior da sociabilidade pelo valor, o não especificamente capitalista é, também, forma do capital, de modo que o que aparece como negativo do capital não é apenas produzido pela expansão do mundo da mercadoria, como quer Martins (2010), como também reproduz a forma capitalista (Alfredo, 2008). Caberia então compreender como a crise da valorização do valor leva, contraditoriamente, à constituição das relações de trabalho ditas não capitalistas como necessidade da reprodução geral do capital (Alfredo, 2008). Deve-se interrogar sobre: “[...] até que ponto a integração, produção e reprodução do não especificamente capitalista é, também, ou num dado momento, a formação econômico e social capitalista em suas determinações críticas que, por causa de sua dificuldade de reposição, incorpora e reproduz o outro de si como sua necessidade” (Alfredo, 2008, p. 05). As relações de trabalho não capitalistas possuem características distintas em relação às relações de trabalho capitalistas. Contudo, não se deve enxergar nelas a negação do capital. O não capitalista não constitui cisão para com o capitalismo. Essa compreensão permite uma visão holística do processo de expansão e reprodução capitalista no campo. A produção de mais-valor e mercadorias mediante a exploração do trabalho constitui a unidade das formas.

9. Tradução nossa. Original: a abstração “*ne se réalise pas comme un dessein ou un projet, par un passage délibéré de la puissance à l’acte. Il se concrétise et se réalise socialement, dans et par la pratique sociale (praxis)*” (Lefebvre, 1977, p. 59).

10. Atualmente, verifica-se crescimento do preço da terra no campo, atrelado à expansão da especulação com o solo via capital financeiro. Esse aumento não coincide, contudo, com a elevação da produção de renda fundiária, de modo contrário, sua subida parece constituir movimento meramente especulativo, atrelado à crise imanente à forma social, ligado à redução da produção de valor e renda da terra no interior dos processos produtivos capitalistas (Alfredo, 2017), daí preferirmos falar em *precificação da terra*, pois o preço parece ficcionalizar o valor, e não em valorização da terra.

11. A transformação no processo de financiamento do setor do agronegócio brasileiro a partir dos anos de 2000, com o deslocamento do financiamento bancário por um sistema baseado no mercado de capitais, levou à ampliação dos mercados futuro e de derivativos de *commodities* agrícolas e à expansão do número de agentes financeiros envolvidos na sustentação da reprodução das cadeias do agronegócio, incluindo, a partir de então: bolsas de valores, *trading companies*, fundos de pensão, investidores institucionais, empresas de securitização, entre outros.

Referências

ALFREDO, A. Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo. In: *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte, vol. 13, 2005.

_____. Modernização e Reprodução Crítica. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação. In: *Geosp – Espaço e Tempo, Revista de Pós-Graduação*, DG-FFLCH-USP, n. 24, 2008, p. 63-108.

_____. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização. In: *CIDADES: Revista científica*, Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente-São Paulo, vol. 06, n. 10, 2009.

_____. Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. In: *Revista Terra Livre*, Associação de Geógrafos Brasileiros, Ano 26, vol. 01, nº 34, jan.-jun. 2010, p. 37-62.

_____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.

_____. Crítica materialista e metafísica social sob as determinações críticas do capital. In: *Boletim Paulista de Geografia*, vol. 95, 2016.

_____. *Três estudos críticos: Kant, Hegel, Marx e o resgate da metafísica para a crítica à economia política. A dialética sociedade natureza para a crítica social de Marx. Vol. II*. Livre Docência – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017.

ADORNO, T. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CARLOS, A.F.; LENCIONI, S. O “regional” no Boletim Paulista de Geografia. In: AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros. *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos: “geografia, sociedade e estado”*. São Paulo, liv. 02, vol. 02, 1984.

CERON, A.O.; DINIZ, J.A.F. Tipologia da agricultura: questões metodológicas e problemas de aplicação ao Estado de São Paulo. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 3, 1970.

CORRÊA, R.L. *A rede urbana*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DAMIANI, A. L. A Geografia que desejamos. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 83, p. 57-90, 2005.

_____. *Espaço e Geografia: observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo*. Livre Docência – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.

- _____. Urbanização crítica e produção do espaço. In: *CIDADES: Revista científica*, Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente-São Paulo, vol.6, n.10, 2009.
- DEFFONTAINES, P. O que é a Geografia Humana. In: *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*. Ano 1, n. 03, junho, 1943.
- EL-KHATIB, W.M.A.E.M. *O cinturão verde de São Paulo: a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1979*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2018.
- FAISSOL, S. Polos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma exemplificação empírica. In: *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 34, n. 02, 1972.
- GAUDEMAR, J.P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GEORGE, P. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GIANNOTTI, José A. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOMES, P.C.C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. (org.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da lógica: 1. A doutrina do ser*. Petrópolis-RJ: Vozes; Bragança Paulista-SP: Editora Universitária São Francisco, 2016.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.
- LA CORTE, J. *Contribuição ao estudo do abastecimento da cidade de São Paulo em produtos hortifrutícolas*. Série Teses e Monografias, n. 31. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Geografia (IGEOG), 1972.
- LACOSTE, Y. *A Geografia - Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer A Guerra*. Campinas-São Paulo: Papirus, 1988.
- LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.
- _____. *A Reprodução das Relações de Produção*. Porto - Portugal: Publicações Escorpião - Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.
- _____. *Lógica formal/Lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *De l'État, tome III, Le mode de production étatique*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.
- _____. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.
- _____. *Espaço e política: O direito à cidade II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *Teorias sobre la plusvalía I. Tomo IV de El Capital*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo circulação do capital*. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1998.
- _____. *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.
- MOREIRA, R. Cidade e campo no Brasil contemporâneo. In: *Revista Ciência Geográfica*, Bauru-São Paulo, ano 11, vol. 11, n. 03, set./dez, 2005.
- _____. *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- OLIVEIRA, A.U. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PITTA, F.T. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2016.
- SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAQUET, M.A.; SUZUKI, J.C.; MARAFON, G.J. *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SANTOS, A.P. *Modernização Periférica e Agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista - Itápolis (1940-1970)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2019.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- _____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 2012a.
- _____. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: EDUSP, 2012b.
- SPOSITO, M.E.B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- _____. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: *GEOGRAFIA*, Rio Claro-São Paulo, v. 35, n.1, p. 51-62, jan./abr. 2010b.

SPOSITO, M.E.B, et. al. Estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010